

Fortalece  
**PSE!**

# CADERNO DO PSE PARA O PROTAGONISMO DE ADOLESCENTES E JOVENS

Entre escolas e territórios:  
juventudes que transformam



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE



### **Ministério da Saúde**

Esplanada dos Ministérios, Bloco O Zona Cívico-Administrativa, Brasília-DF  
Tel: +55 (61) 3315-6264  
E-mail: pse@saude.gov.br | www.saude.gov.br

### **Ministro da Saúde | MS**

Alexandre Padilha

### **Secretário-executivo | SE**

Adriano Massuda

### **Secretária de Atenção Primária à Saúde**

Ana Luiza Caldas

### **Secretário Adjunto da Secretaria de Atenção Primária à Saúde**

Ilano Almeida Barreto e Silva

### **Diretor do Departamento de Saúde da Família**

José Eudes Barroso Vieira

### **Coordenadora-Geral de Saúde da Família e Comunidade**

Ana Cláudia Cardozo Chaves

### **Coordenadora de Ações Intersectoriais na Atenção Primária à Saúde**

Kátia Maria Barreto Souto

### **Equipe Programa Saúde na Escola do Ministério da Saúde**

Gracielly Alves Delgado

Leticia Toledo do Amaral

Tannira Bueno

Luiza Borges Soutto Mayor

Fernanda dos Santos Rodrigues

Caroline da Silva Moreira

### **Ministério da Educação**

Esplanada dos Ministérios, Bloco L Zona Cívico-Administrativa, Brasília-DF  
Tel: +55 (61) 2022-7940

E-mail: coge@me.gov.br | www.mec.gov.br

### **Ministro da Educação | MEC**

Camilo Sobreira de Santana

### **Secretário-executivo | SE**

Leonardo Barchini

### **Secretária de Educação Básica | SEB**

Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt

### **Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica | DPDI/**

**SEB**

Alexsandro do Nascimento Santos

### **Coordenadora-Geral de Estratégia da Educação Básica | COGEB/DPDI/**

**SEB**

Ana Valeria da Silva Dantas

### **Equipe Programa Saúde na Escola do Ministério da Educação**

Daiane de Oliveira Lopes Andrade

Glauca Barbosa Pinto de Campos

Alexander Augusto Rodrigues

### **Equipes Fortalece PSE**

#### **Coordenação Geral**

Edsaura Maria Pereira

Marcio Florentino Pereira

#### **Coordenação Pedagógica**

Antonio José Costa Cardoso

Jane Mary De Medeiros Guimarães

Matheus Ribeiro Dos Santos

Monarko Nunes De Azevedo

#### **Coordenação de Apoio Administrativo**

Astrid Sarmiento Cosac

#### **Coordenação de Tecnologia**

Luciano Moreira Carara

#### **Coordenação de Comunicação**

Mariana de Toledo Lopes

#### **Coordenação Jovem**

Thaís Freitas

#### **Equipe de Articuladores**

Fernando Luiz Eliotério

Karen Costa Oliva

Marema de Deus Patricio

Mary Anne de Souza Alves França

Matheus de Oliveira Brancaglioni

Matheus Henrique Bou Maroun Cruz

#### **Equipe de Mobilizadores**

Alexander Augusto Rodrigues

Álvaro Saluan Da Cunha

Ana Cláudia Barbosa Mendes

Fernanda Costa De Lima

Ivone Maria Elias Moreyra

Leonardo Vinícius Azevedo

Linamar Teixeira De Amorim

Maria Do Carmo Salviano Adrião

Olga Maria De Alencar

Valéria Aparecida Vieira

#### **Equipe de Apoio Administrativo**

Astrid Sarmiento Cosac

Jacira Sousa Pereira

Neuracy Moreira Andrade

Raquel Gonçalves Da Silva

Vanilde Pedrosa Da Silva

#### **Equipe de Comunicação**

Helena Cristina Amaral Silva

Jota Aguiar de Guimarães Duarte

Mariana de Toledo Lopes

Tiago Machado Carneiro

#### **Equipe Coordenação Jovem**

Jonatas Sousa Maciel

Pedro Lorena de Oliveira Filho

Thaís Freitas

#### **Equipe Tecnologia**

Adroaldo de Jesus Belens

Francisco Caldeira De Souza

Luciano Moreira Carara

## **Projeto Fortalece PSE - 2025**

### **Equipe Editorial**

Alexander Augusto Rodrigues  
Antônio José Costa Cardoso  
Astrid Sarmiento Cosac  
Edsaura Maria Pereira  
Jane Mary de Medeiros Guimarães  
Kátia Maria Barreto Souto  
Márcio Florentino Pereira  
Mariana de Toledo Lopes  
Matheus Ribeiro dos Santos  
Monarko Nunes de Azevedo  
Thaís Freitas

### **Equipe de Organização**

Jonathas Torres  
Leonardo Azevedo  
Pedro Oliveira  
Valéria Aparecida Vieira

### **Equipe de elaboração**

Aisha da Silva, Alencar Balieiro, Alice Soares Amorim, Cauê Ranif, Deise Menezes, Emanuel Hebert, Érika Waléria, Gabriela Prudêncio, Gessica Brenda, Igor Souza, Isabela Teixeira, Jó Marcos Félix, João Pedro Mascarenhas, Júnior de Oliveira, Katiana Rodrigues, Lucas Basso, Lucas Moraes, Maciara Almeida, Micaela Lis, Nicolas Daniel, Samantha Savatore, Samara da Conceição, Samara Geovana, Samira Gonçalves, Samuel Luiz, Sophia da Fonseca, Thiago Ribeiro

### **Equipe de Revisão**

Antonio José Costa Cardoso  
Caroline da Silva Moreira  
Kátia Maria Barreto Souto  
Letícia Toledo do Amaral  
Luiza Borges Souto Mayor  
Jane Mary de Medeiros Guimarães

### **Equipe de Diagramação**

Helena Cristina Amaral Silva  
Mariana de Toledo Lopes

### **Revisão Ortográfica**

Cristiany Santos  
Lígia Gomes  
Renata Farias

### **Projeto Visual**

Mariana de Toledo Lopes




# **CADERNO DO PSE PARA O PROTAGONISMO DE ADOLESCENTES E JOVENS**

**Entre Escolas E Territórios:  
Juventudes Que Transformam**



# Sumário

 <b>O PSE e a Promoção da Saúde</b>	<b>08</b>
 <b>Introdução</b>	<b>11</b>
 <b>Eixo 1 - Democracia e Política</b>	<b>13</b>
 <b>Eixo 2 - Juventude e Educação</b>	<b>27</b>
 <b>Eixo 3 - Território, Sustentabilidade e Justiça Ambiental</b>	<b>41</b>
 <b>Eixo 4 - Saúde e Políticas Públicas</b>	<b>50</b>



**Eixo 5 - Direitos Humanos e Cidadania**

**58**

**Eixo 6 - Inclusão e Desigualdade**

**66**

**Eixo 7 - Controle Social e Gestão Participativa**

**70**

**Eixo 8 - Comunicação e Mídia**

**77**

**Referências**

**80**

# O PSE E A PROMOÇÃO DA SAÚDE

O Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286/2007<sup>1</sup>, alicerçado na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)<sup>2</sup> e na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)<sup>3</sup>, e, mais recentemente, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>4,5,6</sup>. Ao longo de 18 anos de implementação, a adesão voluntária dos municípios foi se ampliando, alcançando 99,9% no biênio 2025-2026. Esse processo de adesão ocorre a cada dois anos, conforme regras de participação que variaram ao longo do tempo, e representa a vontade política dos Secretários Municipais de Saúde e de Educação em relação ao desenvolvimento do PSE<sup>7</sup>.

O modelo de atuação intersetorial do PSE pressupõe a articulação das redes de saúde e de educação de forma intersetorial e interfederativa, com foco no território, geridas a partir de Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTI), os quais se configuram como espaços de governança com autonomia para execução do PSE, em consonância com as necessidades e demandas locais<sup>8</sup>. A intersetorialidade pode ser definida como a oferta de ações e serviços por mais de um setor em um território, articulando saberes e experiências no planejamento, execução e avaliação de ações, por meio da formação das redes de corresponsabilidade, o que implica a tomada de decisão compartilhada<sup>7,8,9,10</sup>.

No âmbito do PSE, essa integração entre setores implica, minimamente, a articulação entre as redes de saúde e educação como estratégia propulsora desses arranjos locais, para viabilizar a sua implementação e, assim, promover a saúde e prevenir agravos no ambiente escolar, incorporando a saúde ao currículo escolar da Educação Básica<sup>7,8,9</sup>. Na maioria das vezes, entretanto, essa parceria intersetorial ainda é pontual, sem um planejamento sistemático, nem incorporação das pessoas envolvidas<sup>8,9,11</sup>. Além disso, foi se percebendo o tamanho dos desafios representados pela intersetorialidade<sup>9(82)</sup>, participação social<sup>11</sup> e promoção da saúde<sup>8</sup>.

A promoção da saúde no Programa Saúde na Escola (PSE) é uma estratégia que, considerando os fatores que prejudicam o bem-estar dos estudantes da rede pública de ensino, visa a melhorar sua qualidade de vida, por meio de um conjunto de ações: atuação sobre os determinantes sociais da saúde; participação popular e mobilização social; reorientação dos serviços de saúde; articulação com outras políticas públicas (transporte, segurança pública, cultura, esportes etc.); e inculcação de valores, crenças e atitudes saudáveis. Os comportamentos formados durante a infância e a adolescência têm grande chance de se perpetuarem até a maturidade, inclusive se consolidando como valores<sup>12</sup>.

Visando a aperfeiçoar a qualidade dessa ação intersetorial na escola, têm sido propostos: a criação de espaços de governança capazes de induzir mudanças;

o planejamento conjunto e a pactuação de um projeto comum que considere a realidade dos territórios; a atuação sobre os determinantes sociais da saúde; a inclusão da comunidade escolar na identificação de necessidades com efetiva participação dos estudantes; a implementação de tecnologias de informação e comunicação; o compartilhamento de recursos humanos, financeiros ou administrativos; a educação permanente dos agentes; o acompanhamento e avaliação das ações; e o financiamento de pesquisas.

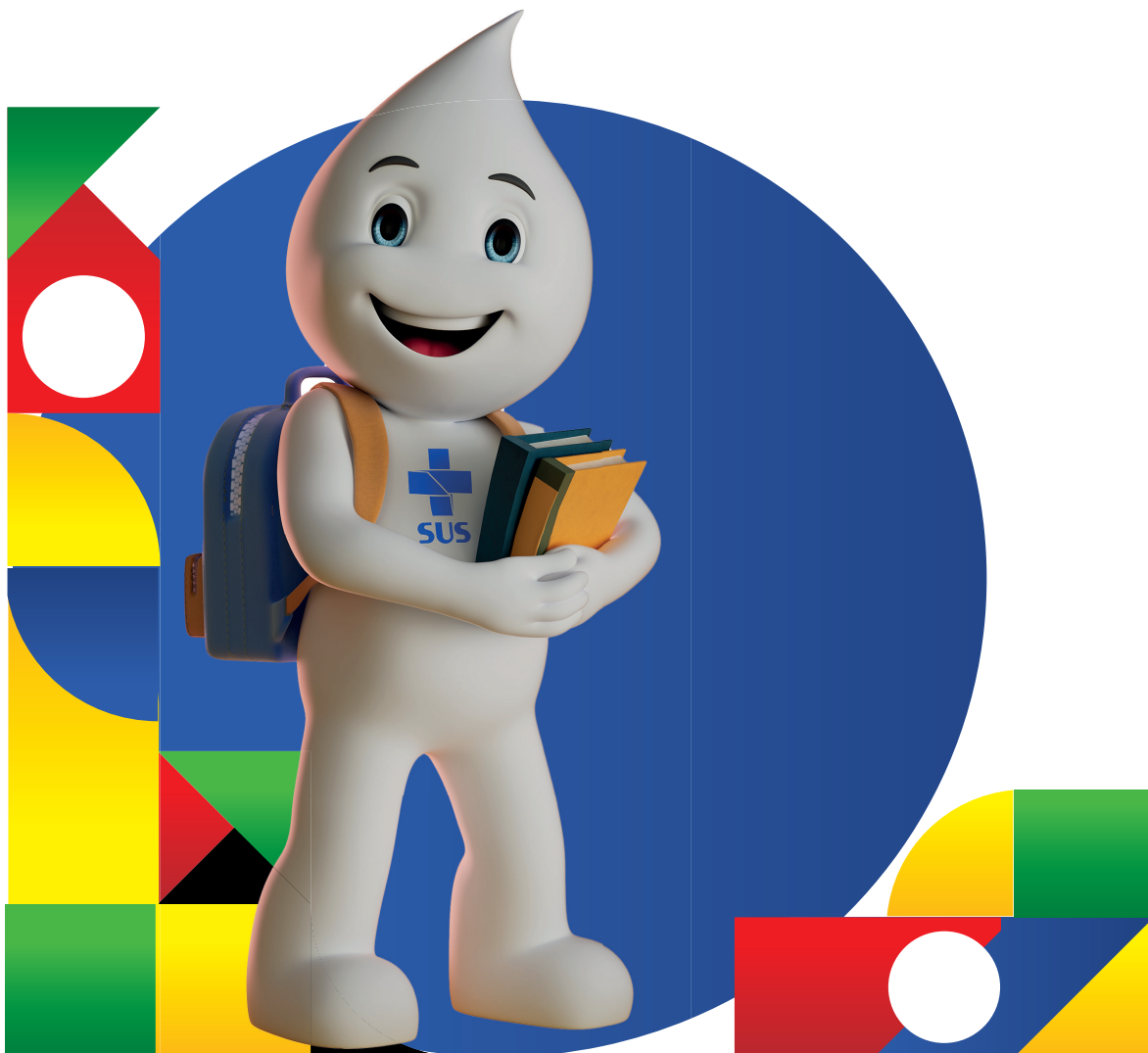
Nesse contexto, os Cadernos Temáticos compõem um conjunto de iniciativas que o Projeto FORTALECE PSE apresenta para apoiar o Programa Saúde na Escola (PSE), por meio da formação de Jovens Agentes Promotores da Saúde, Cultura, Ciência e Cidadania nas Escolas e Comunidades. Tal medida representa um mecanismo para atuarem de forma criativa e engajada na promoção da saúde nas escolas, em diferentes territórios, onde passam a exercer um papel na identificação de demandas, no planejamento de atividades educativas e na mobilização de pessoas em prol do bem-estar e da qualidade de vida nas comunidades.

**Equipe Pedagógica do Fortalece PSE**

## Referências

1. Brasil. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Programa Saúde na Escola. Brasília, DF: Presidência da República; 2007.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº. 648, de 28 de março de 2006. Política nacional de atenção básica: PNAB. Brasília, DF: 2006.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS. Brasília, DF: 2006.
4. Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 2017. Seção 1, p. 120.
5. Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 2017. Seção 1, p. 41.
6. Brasil. Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: MEC; 2018.
7. Gonçalves PDS, Ferreira SC, Rossi TRA. Uma análise do processo de trabalho dos profissionais da saúde e educação no PSE. Saúde em Debate [online]. 2022, 46 (spe3):87-102.

8. Fernandes LA, Shimizu HE, Neto PFP, et al. Trajetória dos 15 anos de implementação do Programa Saúde na Escola no Brasil. *Saúde em Debate*, [S. l.]. 2022,46 (espec3):13–28.
9. Oliveira FPSL, Vargas AMD, Hartz Z., et al. e. Integração das ações do Programa Saúde na Escola entre profissionais da saúde e da educação: um estudo de caso em Belo Horizonte, Minas Gerais. *Saúde em Debate*. 2023, 46(espec3):72–86.
10. Junqueira LAP. Intersetorialidade, transetorialidade e redes na saúde. *Rev Adm pública*. 2000, 34(6):35-45.
11. Wachs LS, et al. Avaliação da implementação do Programa Saúde na Escola do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: 2012, 2014 e 2018. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2022 [Acesso em 2025 jan 05], v. 38, n. 6, pp; 1-14. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT231021>>. Epub 27 Jun 2022. ISSN 1678-4464.
12. Lopes IE, Nogueira, JAD, Rocha, DG. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e promoção da saúde: revisão integrativa. *Saúde Debate*. 2018, 42:773-789.



# INTRODUÇÃO

Este caderno é nosso. Foi escrito por jovens de todo o Brasil para jovens que acreditam na transformação social. O Programa Saúde na Escola (PSE), criado em 2007, representa uma importante conquista das políticas públicas brasileiras - uma iniciativa intersetorial que integra saúde e educação para promover o desenvolvimento integral de estudantes em todo o país. O PSE vai além da prevenção de doenças. Ele reconhece a escola como espaço estratégico para a formação cidadã e o exercício do protagonismo juvenil. Por meio de ações articuladas entre profissionais de saúde e educação, o programa busca criar ambientes escolares mais saudáveis, acolhedores e participativos para nós, juventudes. Com isso, o projeto Fortalece PSE surge como desdobramento dessa proposta, capacitando jovens e educadores para atuarem como agentes de mudança em seus territórios. Este caderno é fruto desse processo - um material construído coletivamente, que combina fundamentos teóricos com orientações práticas para a ação juvenil em saúde, educação, cultura e cidadania. Mas o que torna este caderno especial? Ele foi escrito por muitas mãos. Escrito por nós, 27 jovens das cinco regiões do Brasil - representando a rica diversidade de nossas juventudes, entendendo a mais ampla pluralidade que existe no nosso país: das periferias urbanas às comunidades rurais; das comunidades indígenas aos centros urbanos. Trouxemos nossas vozes, vivências e demandas para esta publicação. Somos estudantes, ativistas, artistas, lideranças comunitárias e pesquisadores que representam a pluralidade das juventudes brasileiras: negras, indígenas, LGBTQIAP+, jovens com deficiência, jovens mães, quilombolas e tantas outras identidades que compõem nossa diversidade. Essa diversidade de vozes e experiências resultou em um material que não apenas informa, mas, principalmente, mobiliza e inspira ação. Nosso objetivo é oferecer ferramentas para que mais jovens possam compreender seus direitos à saúde e à educação, identificando demandas em seus territórios, planejando e executando ações transformadoras e fortalecendo a participação juvenil nas políticas públicas.

## Qual o objetivo deste caderno?

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor.” Essa frase do Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire, é capaz de expressar um pouco do que significa e a que se objetiva esse caderno. Nós, jovens e juventudes que estivemos a frente da escrita deste material, temos como nossa principal tarefa e motivação possibilitar que mais jovens possam se emancipar por meio da educação, empoderando-se de conceitos que poderiam parecer muito distantes das nossas realidades, mas que estão, na verdade, mais perto do que nunca. Aliás, o que queremos apresentar não são apenas conceitos, são práticas, perspectivas, ferramentas, possibilidades. Pensar em novas realidades, em que nossos sonhos de uma juventude não sejam apenas sonhos, mas que possamos saber a transformação social que queremos. E nada mais importante do que falar de transformação. Queremos auxiliar numa jornada de novas trocas, de aprendizados e vivências. A formação política é fundamental quando se pensa em saúde, ao contrário do que se pode ouvir por aí. Ter saúde também é poder frequentar a escola, ter um trabalho cujo ambiente seja saudável, ter acesso a

serviços de saúde mental, poder frequentar uma biblioteca ou cinema... Seja como for, queremos que você, jovem, possa conhecer e observar seu território, sua comunidade, seu bairro e entender como tudo está interligado e como a sua participação é fundamental na concretização das políticas públicas.

### Qual o público de interesse?

Este caderno é para jovens de todas as regiões do Brasil que acreditam na transformação social e desejam atuar como agentes de mudança em seus territórios. Também é voltado a quem acredita no protagonismo juvenil, na participação cidadã e na articulação entre saúde e educação como caminhos para a transformação social.

### Qual a expectativa deste caderno?

Este caderno temático nasce com o propósito de fortalecer o Programa Saúde na Escola (PSE), a partir da valorização do protagonismo juvenil e da intersetorialidade como práticas cotidianas nas escolas e comunidades. A expectativa é que ele sirva como instrumento de formação, reflexão e ação, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de promoção da saúde fundamentada nos direitos, na participação social e na articulação entre políticas públicas. Por meio dos oito eixos — Democracia e Política; Juventude e Educação; Território, Sustentabilidade e Justiça Ambiental; Saúde e Políticas Públicas; Direitos Humanos e Cidadania; Inclusão e Desigualdade; Controle Social e Gestão Participativa e Comunicação e Mídia — pretende-se estimular o engajamento criativo de jovens agentes na construção de soluções para os desafios enfrentados em seus territórios. Ao fomentar o diálogo entre saúde e educação, este caderno busca inspirar práticas integradas e sustentáveis que ampliem a consciência crítica, fortaleçam o senso de pertencimento e promovam a equidade, a cidadania e o bem-estar coletivo.

### Como está organizado este caderno?



O caderno está organizado em oito eixos temáticos, que servem como pilares para guiar a leitura, a reflexão e a atuação prática dos jovens em seus territórios. São eles: Democracia e Política; Juventude e Educação; Território, Sustentabilidade e Justiça Ambiental; Saúde e Políticas Públicas; Direitos Humanos e Cidadania; Inclusão e Desigualdade; Controle Social e Gestão Participativa e Comunicação e Mídia. Cada eixo apresenta uma abordagem específica, conectando conceitos teóricos com exemplos concretos, propostas de ação e reflexões baseadas em vivências reais. A estrutura do caderno foi construída de forma coletiva por 27 jovens de todas as regiões do Brasil, que se reuniram para estudar, debater e escrever sobre esses temas a partir de suas múltiplas realidades — rurais, urbanas, indígenas, quilombolas, negras, LGBTQIAP+, com deficiência, entre outras. Esses jovens se dividiram entre os eixos, aprofundaram os conteúdos, contribuíram com experiências e práticas de seus territórios e ajudaram a tornar o material acessível, acolhedor e mobilizador. Assim, o caderno se organiza como uma ferramenta pedagógica e política que une diversidade, diálogo e ação transformadora.

# EIXO 1 - DEMOCRACIA E POLÍTICA

O eixo Democracia e Política propõe um mergulho nos princípios e práticas que sustentam a vida democrática, convidando os estudantes a compreenderem como se organizam o Estado, o poder público e os mecanismos de participação social. Ao abordar conceitos como democracia direta, representativa e participativa, além de temas como plebiscito, referendo, república, federalismo e os três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - esse eixo busca ampliar a noção de cidadania e mostrar como as decisões políticas afetam diretamente a vida das pessoas e como as pessoas afetam a política por meio da participação ativa. Também problematiza as relações, destacando a importância do compromisso ético na atuação política e na defesa dos direitos. A política é a arte de escolher como vamos viver coletivamente, harmonizando nossos interesses e criando regras para alcançar nossos objetivos. Não existe outra atividade humana que lida com questões tão essenciais e, ao mesmo tempo, tão dramáticas, além de produzir tantas consequências. Uma ditadura pode tirar mais vidas do que uma epidemia, por exemplo. Por outro lado, quando o governo age com responsabilidade e compromisso com a cidadania e o bem-estar social, é possível salvar muitas vidas durante uma pandemia. É por meio da política que decidimos quais serão nossos direitos, o quanto de liberdade que teremos e quais serão as nossas chances de ter acesso a oportunidades que possam possibilitar mais escolhas em nossas vidas. Em uma democracia, em que muita coisa é posta em jogo a cada eleição, é natural que participem certos aventureiros em busca de vantagem e poder, deixando-nos como única opção. Por outro lado, os cidadãos, ao praticar a democracia, faz com que o jogo político funcione a favor da coletividade.

## 1. Democracia

Contextualizando minha vivência como amazônida, os sentidos de democracia caminham em cuidado coletivo com o “viver” em dar voz e lugar a todos, decorrendo do modelo ocidental e, talvez, até contra... democracia não está ligada apenas ao voto, mas à representação, à vivência e à presença.

A democracia será o exercício de comunicar o respeito da vivência coletiva de populações que se adaptam a esse sistema.

Bobbio (1986) afirma que a democracia é o governo do “poder visível”, que pode ser definido como “o governo do poder público em público”.

Nesse sentido, a democracia, para além das instituições formais, revela-se na escuta, no cuidado e na valorização das formas diversas de organização social que existem nos territórios. Nas comunidades amazônicas, por exemplo, ela acontece no cotidiano das decisões coletivas, no consenso entre os mais velhos e os mais jovens, nas assembleias comunitárias e nas alianças entre parentes e vizinhos.

A democracia, aqui, torna-se prática viva e situada, enraizada nas relações que sustentam o bem-viver.

### Conceituando



**Democrático:** Palavra que vem da democracia, aquela cujo significado implica que o poder emana do povo, aquela em que os direitos do povo são garantidos.

“Partindo dos princípios da dignidade humana, dos direitos sociais e do direito individual, pilares do Estado democrático de direito.”

## 2. Democracia indireta/Representativa

Refletir sobre o termo “democracia” nos leva a repensar seu “centro” eurocêntrico, ao considerarmos outras maneiras de viver coletivamente, de se organizar politicamente e de compartilhar a vida em comum. Assim, podemos entender a democracia representativa não apenas como a forma mais pura de democracia, mas como uma das várias maneiras de estruturar a vida política dentro de um determinado contexto político, social e histórico. Esse sistema exige questionamentos, expansões e até mesmo um estudo mais relacional e territorial das sociedades onde é implementado.

É importante ter cautela ao perceber que, nesse modelo, as estruturas representativas podem parecer distantes, limitando a voz direta do cidadão e substituindo-a pela delegação de poder. Na democracia representativa, a participação do cidadão acontece principalmente através do voto, e não por meio de uma interação contínua ou direta nas decisões políticas. Sobre esse tema, Avritzer e Santos (2013) observam que: “A concepção da democracia liberal busca estabilizar a tensão controlada entre democracia e capitalismo. Essa estabilização se deu por duas vias: priorizando a acumulação de capital em relação à redistribuição social e limitando a participação cidadã, tanto individual quanto coletiva, para evitar sobrecarregar o regime democrático com demandas sociais que poderiam ameaçar a prioridade da acumulação sobre a redistribuição... a concepção hegemônica da democracia teorizou a nova gramática de inclusão social como um excesso de demandas.” (Avritzer e Santos, 2013, p. 31).

## 3. Democracia direta

A democracia direta, que tradicionalmente é vista como a participação dos cidadãos nas decisões políticas sem a mediação de representantes, pode ganhar um novo significado através das práticas concretas de grupos sociais que buscam exercer sua autonomia política. As populações que se envolvem na política sem intermediários, como os povos indígenas que desafiam a tutela da Funai e criam suas próprias formas de autogoverno, beneficiam-se do uso da democracia direta. É fundamental reconhecer essas práticas como expressões legítimas desse sistema, para entender que a democracia direta pode se manifestar em contextos diferentes da estrutura formal do Estado.

Como afirma Held (1987), a democracia parece conferir “uma aura de legitimidade” à vida política moderna: regras, leis, políticas e decisões parecem justificadas e adequadas quando são “democráticas”. No entanto, essa percepção nem sempre foi a mesma. A maioria dos pensadores políticos, desde a antiga Grécia até os dias atuais, tem sido bastante crítica em relação à teoria e à prática da democracia (HELD, 1987, p. 1).

### Você sabe o que é Plebiscito?

O plebiscito é uma ferramenta de democracia direta, em que o povo é convocado a escolher o caminho antes que o Congresso o defina. É o momento em que a caneta passa da mão dos políticos para as do povo. Assim como no filme, que retrata um sistema eleitoral isolado, mas com impacto profundo, o plebiscito devolve à população a soberania sobre decisões cruciais. Como nas batalhas do hip-hop, a voz da periferia precisa ser ouvida antes da decisão final, e o plebiscito é esse microfone público.

“Se o povo decidir, não tem como não ouvir” - trecho do filme *O Voto é Secreto* (2001)



No filme, vemos o impacto simbólico do voto como instrumento de poder real nas mãos do povo. A frase destaca como a participação direta rompe com o silêncio e obriga o sistema a escutar quem quase nunca é ouvido. Essa lógica traduz o próprio sentido do plebiscito: quando a sociedade não apenas opina, mas decide.

### Por que isso importa para a juventude?

Porque juventude também é povo — e o povo tem direito de decidir. O plebiscito é uma chance real de influenciar o rumo da nação. Ensinar isso é ensinar que democracia não é só a cada 4 anos — é todo dia, com participação ativa.

### Como pode ser trabalhado no PSE?

- ✓ Simulação de um plebiscito escolar com temas escolhidos pelos estudantes;
- ✓ Estudo do plebiscito do desarmamento (2005) como caso real de mobilização nacional;
- ✓ Produção de vídeos com perguntas: “Se você pudesse decidir algo para o Brasil, o que seria?”

#### 4. Democracia e participação

A democracia e a participação podem ser vistas como práticas que construímos no nosso dia a dia, em que pessoas e comunidades buscam alternativas à lógica dominante. Essa nova perspectiva muda o foco da legitimidade institucional para a legitimidade das relações sociais e comunitárias, em que a escuta, o cuidado, a reciprocidade e o sentimento de pertencimento são tão importantes quanto o voto. Ao valorizar outras formas de conhecimento político — como as dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e das periferias urbanas — estamos afirmando que a democracia e a participação também podem surgir fora do Estado, em processos vibrantes de autonomia e cogovernança.

Ao mover o eixo da democracia de um modelo puramente representativo para formas mais participativas e enraizadas no território, percebemos a necessidade de integrar diferentes grupos sociais e seus modos de vida na arena política. Isso envolve reconhecer a legitimidade de formas de participação que surgem fora das estruturas formais do Estado, como as práticas de autodeterminação dos povos indígenas, cuja luta por autonomia é uma expressão concreta da democracia direta em contextos decoloniais.

Para Dahl (2015), a democracia é um sistema. Assim, os países podem ser considerados mais ou menos democráticos dependendo de quão responsivos os governos são às demandas dos cidadãos, ou seja, como o Estado e seus representantes políticos atendem às necessidades da população.

Por fim, como afirmam Santos e Avritzer (2002), para superar os limites da democracia liberal, é necessário incorporar inovações participativas que não apenas legitimem o Estado, mas que também ampliem o protagonismo social e respondam aos desafios de inclusão, justiça e redistribuição. Dessa maneira, democracia e participação devem ser vistas como dimensões complementares e dinâmicas, essenciais para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas e plurais.

##### Você sabia?



Manifestações são atos legais (permitidos pela lei) em que movimentos sociais ou coletivos de pessoas se manifestem contra ou a favor de alguma temática ou projeto que envolve de forma pacífica. Manifestações podem acontecer em espaços públicos como as ruas ou com ocupações de Instituições públicas ou, ainda, ocupações de locais privados.

As manifestações são momentos essenciais de expressão política em que o povo ocupa as ruas para reivindicar melhorias, festejar, encontrar pessoas que defendem as mesmas causas em coletividade.

## 5. Democracia participativa

A democracia afirmativa é aquela que reconhece que a igualdade formal, por si só, não é suficiente para garantir justiça social e uma participação política real. Esse conceito surge do entendimento de que existem desigualdades históricas profundas que não podem ser corrigidas apenas com o acesso às urnas. Assim, trata-se de uma forma de democracia que assume a responsabilidade de promover reparações, garantindo pertencimento e ampliando o protagonismo de grupos sociais que historicamente foram excluídos dos espaços de poder. Em vez de exigir que as pessoas se adaptem às instituições existentes, a democracia afirmativa sugere que as instituições sejam transformadas para acolher as diversas vozes, saberes e modos de vida que compõem a sociedade brasileira.

Para Dahl (2001), é fundamental questionar o que significa consolidar ou aprofundar uma democracia. Em sua abordagem sistêmica, um país se torna mais democrático à medida que se torna mais responsivo às demandas sociais. O autor destaca que a legitimidade democrática não depende apenas da existência de instituições formais, mas também da sua abertura à participação ativa e contínua dos cidadãos.

Dessa forma, a democracia participativa representa uma ampliação qualitativa do conceito de democracia. É um processo que valoriza o envolvimento direto da sociedade civil nas direções do Estado, promovendo a inclusão de diversas agendas políticas e favorecendo a construção de políticas públicas mais justas e representativas. É nesse cenário que surgem inovações democráticas como conselhos, conferências, orçamentos participativos e outras práticas de gestão entre o Estado e a sociedade.

### Fique por dentro

A Lei de Iniciativa Popular é um instrumento previsto no Artigo 61, §2º da Constituição Federal, que permite que a população crie projetos de lei sem precisar esperar pelos parlamentares. Para isso, é necessário reunir assinaturas de pelo menos 1% do eleitorado nacional, com distribuição em ao menos cinco estados brasileiros.

Apesar dos desafios para mobilizar um número tão alto de pessoas, esse recurso é um exemplo de democracia direta — em que o povo constrói leis a partir de suas próprias necessidades e vivências.

Para a juventude, essa é uma ferramenta de luta poderosa. Imagina propor uma lei que obrigue o ensino de culturas indígenas e afro-brasileiras nas escolas rurais e urbanas? Ou mesmo obrigar os municípios a respeitarem os planos de juventude com orçamento e políticas públicas específicas?

Como destaca o material da Viração (2025), compreender o funcionamento das instituições e os direitos coletivos é um passo essencial para transformar a indignação em ação política. Quando as juventudes se organizam — seja em grêmios, coletivos, conselhos ou redes — elas mostram que podem ser autoras de leis e de mudanças estruturais.



## 6. Política

Longe de se restringir aos palácios do poder, ou apenas à urna, a política vive em todos os espaços: na comunidade, na escola, em casa e, ultimamente, principalmente nas redes sociais.

A política tem características marcantes: ela é interseccional, entendendo que não há como falar em disputas e espaços de decisões sem discutir a realidade. Ela é prática, preferindo ações concretas — como a fiscalização comunitária da merenda escolar. E, sobretudo, ela é inclusiva, criando novas formas de participação para quem sempre ouviu que “política não é coisa de jovem”, “não é coisa de mulher”, “não é coisa de pobre”.

A juventude tem mostrado política nas quebradas, em coletivos culturais através de saraus que misturam poesia e ativismo, através do hip hop, do trap. Nas redes sociais, memes são armas de crítica política, alcançando contextos a que os panfletos tradicionais nunca chegaram. No fim, essa resignificação nos lembra uma verdade simples: política é, antes de tudo, o ato cotidiano de transformar o mundo ao nosso redor. E ninguém sabe fazer isso melhor do que quem sempre teve que inventar saídas onde o sistema só oferecia muros. A verdadeira revolução política do nosso tempo não virá apenas dos gabinetes — está nascendo agora, nas escolas ocupadas, nos terreiros de religiões de matriz africana, nos aplicativos desenvolvidos em favelas e na juventude organizada.

Entretanto, entendemos que, para que haja uma juventude organizada, destacamos que o processo de autopolitização é importante para que o jovem e as juventudes se enxerguem como sujeitos políticos, por meio de uma abordagem que valoriza, fortalece e estimula o “apoderamento” das juventudes (Grupo Curumim. 2010, p. 20).

## 7. Federalismo

O Federalismo é o sistema de organização do Estado adotado no Brasil. Nele temos a divisão do poder estatal entre o governo federal, os estados e municípios. No Brasil temos 27 unidades federativas (26 estados + Distrito Federal).

O que é de âmbito federal são as coisas que dizem respeito ao país como um todo, ou seja, ao governo federal. Essas coisas envolvem assuntos que afetam todos os brasileiros, como a defesa do país, a política externa, a moeda, o sistema de justiça, a educação nacional, a saúde pública de nível nacional, entre outros. O governo federal é responsável por criar leis e políticas que valem para todo o território brasileiro.

E o que é de âmbito estadual são as questões que dizem respeito a cada estado individualmente. Cada estado tem seu próprio governo, com autonomia para criar leis e administrar assuntos que são mais específicos daquela região, como o transporte, a segurança pública, a educação estadual, a saúde regional, entre outros. Essas ações são feitas pelos governos estaduais, que têm suas próprias leis e regras, sempre respeitando a Constituição Federal.

Essa divisão ajuda a garantir que as decisões sejam feitas de forma mais próxima das pessoas, respeitando as diferenças de cada região. Então, o federalismo é uma forma de organizar o país para buscar que todos tenham seus interesses

representados e cuidados de forma equilibrada.

Como o poder é dividido entre o governo federal, os estados e os municípios, cada um pode criar políticas e ações específicas para atender às necessidades dos jovens em suas regiões. Por exemplo, um estado pode investir em programas de educação, cultura ou esportes que sejam mais relevantes para a sua juventude, levando em conta as características locais.

Além disso, o federalismo permite que os jovens tenham mais voz e participação, já que as decisões podem ser feitas de forma mais próxima deles, nos governos locais. Assim, os direitos da juventude, como acesso à educação de qualidade, saúde, cultura, trabalho e participação social, podem ser mais bem atendidos quando há uma divisão de responsabilidades bem organizada entre os diferentes níveis de governo.

É importante entender o que é de cada poder, por exemplo, demora para acessar serviços de saúde no seu município e no seu estado, tem muito mais relação com a gestão estadual de saúde do que a federal, pois os orçamentos e prioridades são definidos no âmbito municipal e estadual, sendo infrutífero cobrar ações diretamente em nível nacional, por exemplo.

### Você sabia?

A política brasileira é dividida em três poderes independentes, sendo eles:

**Judiciário:** Tradicionalmente, o Judiciário é compreendido como o “poder que aplica a lei”, um espaço onde conflitos são julgados e sentenças são proferidas. Mas, por outro lado, é possível enxergar o Judiciário como um instrumento de construção de justiça social e não apenas como um lugar de decisões. Quando a gente começa a se aproximar da ideia de justiça, percebe que o Judiciário não é só sobre juízes, tribunais e sentenças. Ele é, antes de tudo, sobre garantir que as vozes, principalmente as mais silenciadas, sejam ouvidas. É uma estrutura que precisa estar acessível (e sensível), para acolher histórias de quem muitas vezes não teve espaço em outras partes da sociedade.

Entender isso faz a gente olhar para a justiça não como algo pronto, mas como algo que a sociedade vem construindo todos os dias - e isso inclui a juventude, que também pode (e deve) ocupar esse espaço, para que ele seja mais justo e menos excludente.

**Legislativo:** É comum associar sempre o Legislativo às câmaras, assembleias e políticos criando leis — o que não deixa de ser verdade. Porém, se olharmos além dessa estrutura formal, podemos entender também o Legislativo como a expressão da diversidade social convertida em decisões que moldam a vida em comum. O Legislativo não se apresenta apenas como um espaço único de poder, mas como um espaço de potencialização do diálogo público, onde a participação das pessoas não deve se limitar ao voto, mas



ao engajamento na construção de propostas, no acompanhamento das políticas públicas e na luta por igualdade. Quando vemos o Legislativo dessa forma, compreendemos que política não é apenas o que os outros fazem, mas uma responsabilidade de todos nós.



**Executivo:** O Executivo é um dos três poderes que ajudam a organizar e governar o país, o estado ou a cidade. Ele é responsável por fazer acontecer o que está planejado nas leis, como construir escolas, manter hospitais funcionando, cuidar das ruas e parques e oferecer serviços para a população.

Quem lidera o Executivo no Brasil são o presidente (no país), o governador (no estado) e o prefeito (na cidade). Junto com suas equipes, eles trabalham para garantir que todos tenham o que precisam para viver bem, seguindo o que as leis determinam.

## 8. República

A República é uma forma política de governo em que o poder é exercido pelo povo ou por representantes eleitos pelo povo. No Brasil, a República é uma forma política que visa a garantir a democracia, a liberdade e a igualdade entre os cidadãos.

### Princípios da República

1. Soberania popular: O poder é exercido pelo povo, que elege representantes para governar em seu nome.
2. Representação: Os representantes eleitos pelo povo são responsáveis por tomar decisões em nome da sociedade.
3. Separação de poderes: Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são independentes e exercem funções específicas.

### Importância do Bem Comum:

O bem comum é um conceito que se refere ao benefício coletivo da sociedade. Na República brasileira, o bem comum é um objetivo fundamental, pois visa a garantir que as decisões políticas sejam tomadas em benefício de todos os cidadãos.

#### - Características do Bem Comum

1. Interesse coletivo: O bem comum é um interesse que beneficia a sociedade como um todo.
2. Justiça social: O bem comum visa a garantir a justiça social e a igualdade entre os cidadãos.
3. Desenvolvimento sustentável: O bem comum busca promover o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente.

## - Desafios para o Bem Comum

1. Conflitos de interesses: Os interesses individuais podem conflitar com o bem comum, tornando difícil tomar decisões que beneficiem a todos.
2. Desigualdade social: A desigualdade social pode dificultar a promoção do bem comum, pois alguns grupos podem ter maior acesso a recursos e oportunidades do que outros.
3. Corrupção: A corrupção pode prejudicar o bem comum, pois pode levar a decisões que beneficiem apenas alguns indivíduos ou grupos. Importância da Participação Cidadã.

A participação cidadã é fundamental para garantir que o bem comum seja promovido. Os cidadãos podem contribuir para o bem comum:

1. Participando do processo político: Os cidadãos podem participar do processo político votando, manifestando-se e se engajando em atividades políticas.
2. Contribuindo para a sociedade: Os cidadãos podem contribuir para a sociedade trabalhando, pagando impostos e atuando como voluntários.
3. Exigindo transparência e responsabilização: Os cidadãos podem exigir transparência e responsabilização dos governantes e instituições.

Em resumo, a República brasileira é uma forma política que visa a garantir a democracia, a liberdade e a igualdade entre os cidadãos. O bem comum é um objetivo fundamental da República, e sua promoção depende da participação cidadã e da garantia de justiça social e desenvolvimento sustentável.

## 9. Referendo

O Estado Democrático de Direito consiste no exercício do poder estatal direta ou indiretamente pelo povo por meio do direito. Abrange tal conceito a universalidade do voto, sendo este secreto; a predominância da vontade da maioria, respeitando as minorias; a liberdade de expressão e comunicação; o pluripartidarismo; bem como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular, a ação popular, a audiência pública e os conselhos.

O presente ensaio pretende definir os instrumentos utilizados para o exercício da democracia semidireta, sendo esta aquela na qual os eleitores podem direta ou indiretamente interferir na produção das leis.

Vejam os:

1. Plebiscito: ocorre quando uma ideia deve ser analisada ou uma decisão tomada pelo conjunto de eleitores. Isto é: os eleitores deverão se manifestar sobre uma ideia, sendo que esta virá por meio de uma pergunta que deve, posteriormente, tornar-se, obrigatoriamente lei, quando os eleitores forem a favor de tal.

Em regra, o plebiscito é convocado pelo legislativo (se nacional: no mínimo 1/3 de assinaturas de deputados ou senadores). Mas a CF/88 prevê casos nos quais este é obrigatório, como no que tange à separação ou fusão de território

2. Referendo: ocorre quando já existe um projeto de lei aprovado pelo legislativo, ou seja: está apto a se tornar lei. Porém, só entrará em vigência se os eleitores o aprovarem. Para ser proposto, faz-se necessária a assinatura de, no mínimo, 1/3 de deputados ou senadores.

3. Iniciativa Popular: os eleitores interferem diretamente na produção da lei, ao passo que um deles ou um grupo confecciona o texto de um projeto de lei ordinária ou complementar que gostaria que se tornasse, de fato, lei.

Posteriormente, deve-se colher assinaturas de, no plano nacional, no mínimo 1% do número de eleitores para, assim, enviá-la à votação no Congresso.

Vale ressaltar que o Congresso não fica obrigado a aprovar o projeto de lei, todavia, pela pressão popular, há uma inclinação do legislativo à aprovação.

### Exemplos de referendos no Brasil:

Em 23 de outubro de 2005, foi realizado um referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições, com vistas à aprovação ou não do disposto no art. 35 da Lei nº 10.826, de 23 de dezembro de 2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento. Nessa consulta, os eleitores podiam votar pelo “sim”, a favor da proibição, ou pelo “não”, contra a proibição. A maioria do eleitorado optou pelo “não”.

Outro referendo importante no Brasil foi o de 1963, às vésperas do golpe militar, no qual foi decidido sobre a forma política do estado brasileiro. Em 1963, durante o governo Jango, a população foi consultada se preferia o modelo parlamentarista ou presidencialista, tendo escolhido o presidencialista, contrariando a vontade de muitos deputados que, em seguida, apoiaram a Ditadura.

## 10. Prioridade

Partindo da discussão anterior sobre representatividade, República e bem comum, analisam-se os eventos de 8 de janeiro de 2023. Naquela ocasião, pessoas influenciadas por lideranças políticas de extrema direita atentaram contra a democracia brasileira e contra os poderes que a sustentam, praticando o crime de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, conforme prevê a Constituição. A partir desse contexto, é possível refletir sobre a crise de representatividade presente na Câmara dos Deputados. Além disso, segundo pesquisa Quaest divulgada no dia 6 de abril de 2025, 56% rejeitam a anistia, contrastando com o incessante ativismo parlamentar e midiático criado pela extrema direita e seus simpatizantes. Com o objetivo de criar uma falsa narrativa de defesa da democracia, eles, na verdade, buscam impunidade para seus líderes. A prioridade dessa classe política é forçar sua vontade sobre a vontade do povo já que, segundo pesquisa do Datafolha divulgada dia 8 de Abril de 2025, 52% concordam que Bolsonaro deveria ser preso por tentativa de golpe. Isso tornou explícita sua negligência em relação à saúde e à educação, que estão com investimentos executivos congelados, crises climáticas assolando todo o país e outros temas de interesse público maior. Como exemplo, pode-se citar o projeto que visa a acabar com a escala seis por um, que, por iniciativa popular, atingiu o número necessário de assinaturas

antes do projeto da anistia e que já deveria estar sendo discutido por toda a sociedade.

## 11. Participação

*“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes.” - Emicida, AmarElo*

A frase de Emicida simboliza o desejo de ser ouvido além das adversidades. No contexto da participação, essa mensagem é potente: a juventude não quer ser lembrada apenas por suas dores ou dificuldades, mas por sua capacidade de transformar e de ser protagonista. O artista usa sua voz para superar os estigmas da periferia, trazendo a ideia de que quem participa tem algo valioso a oferecer.

A participação é o primeiro passo para a transformação social. Ao participar, o indivíduo exerce sua cidadania ativa e contribui para a construção de um futuro coletivo, não importa sua origem. É por meio da participação que as vozes, especialmente as da juventude, ganham força no cenário político e social.

### Por que isso importa para a juventude?

A juventude é a força renovadora da sociedade e, portanto, precisa estar no centro das decisões. A participação ativa cria um sentido de pertencimento e de poder coletivo, algo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa.

### Como pode ser trabalhado no PSE?

- ✓ Oficinas de participação: como o jovem pode participar de conselhos, grêmios estudantis, ONG e outras instâncias;
- ✓ Discussão sobre os direitos e deveres da juventude: destacando a importância da participação cidadã.

## 12. Participação Social e Democracia Participativa

Como construído anteriormente, é possível definir a participação social como as ações realizadas por coletivos populares e que, através do protagonismo humano, alteram a sociedade de maneira democrática. Porém, aqui se faz necessário o entendimento de que a participação social e a democracia participativa andam “de mãos dadas”.

Por isso, é importante entender que a democracia participativa pode ser definida como o sistema político em que o poder é exercido pelo povo, o qual participa diretamente das decisões sociais, juntamente aos representantes eleitos para sua representação. Nessa forma de democracia, o poder popular vai além do direito ao voto, utilizando-se de mecanismos como: conferências, conselhos, entre outros aparatos, que garantem uma participação real dos cidadãos no processo democrático.

A democracia participativa não existe sem a participação social, e vice-versa, porque elas são codependentes, para as suas respectivas estruturas, enquanto conceitos realmente funcionais. Dentro da democracia participativa, coletivos

populares precisam existir, o protagonismo humano de todos os cidadãos deve se fazer presente, pois, se não ocorrer, não existirá o poder popular e a participação ativa da população, que fundamentam a democracia participativa. Assim como, sem a democracia, os coletivos populares não existiriam, porque a participação social não seria bem-vinda nos processos de tomada de decisão.

### *Curta-metragem sobre Participação Social e Democracia Participativa*

Enquanto referencial da necessidade da democracia em todos os âmbitos para um bom funcionamento da sociedade, é possível trazer o exemplo do curta-metragem “Escola Sem Partido”. Este faz referência à tentativa de apagamento da liberdade de expressão por parte de grupos de extrema direita, no ensino e na comunicação das matérias por parte de um professor de História chamado “Chicão”. O curta relembra a necessidade da proteção da liberdade de pensamento e critica as tentativas de silenciamento do processo democrático realizadas por alguns grupos sociais. É de fundamental importância entender que, quando um professor é silenciado por grupos com ideais antidemocráticos, não são apenas os alunos ou instituições de ensino que perdem, mas sim toda a sociedade.



Figura 4: Curta-metragem sobre participação social e democracia participativa, “Escola Sem Sentido”

## 12.1 Desafios da Participação

A participação social nas decisões do país é recente, do ponto de vista histórico, porém muito ativa quando se trata dos movimentos sociais até os dias atuais. O desafio em concretizar e efetivar a participação social nas tomadas de

decisões e nos programas governamentais se dá por diversos motivos, dentre eles a falta de informação sobre o que realmente acontece sobre seus direitos e sobre programas e projetos que são ofertados à população, além da falta de representatividade nos espaços de poder.

Em tais sociedades, a questão da participação apresenta-se mais como um processo de legitimação das lideranças escolhidas para representar os cidadãos nas instituições do Estado (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) e como locus de proteção dos direitos da população. Entretanto, cada vez mais, os cidadãos não se sentem representados pelos representantes, acusando-os de se distanciar de seus eleitores e das demandas destes.

### **Você sabia?**

A participação é um dos princípios do SUS e tem sua normatização assegurada na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.142/1990, que institucionaliza a participação da sociedade no SUS por meio de conselhos e conferências, instâncias mandatórias em nível municipal, estadual e federal.



Sendo um dos pilares mais importantes da saúde pública brasileira e um dos maiores exemplos práticos de democracia no dia a dia da população, a participação social é essencial para proteger esse direito, garantir a qualidade e o acesso, combater retrocessos e privatizações indevidas, além de garantir transparência e controle social, promover equidade e justiça social, assegurar que políticas de saúde estejam alinhadas às necessidades reais da população e estimular o envolvimento cidadão com as políticas públicas.

# EIXO 02 - JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

A escola é muito mais do que a estrutura e o espaço de transmissão de conteúdos e provas. É onde passamos grande parte da nossa vida - são 12 anos de estudo (do 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio) —, formamos nossas amizades, construímos nossa identidade e descobrimos o mundo. A educação, portanto, não se limita aos livros didáticos: ela se dá nas relações que estabelecemos com colegas, professores, gestão escolar, familiares e até com nós mesmos. A educação acontece em todos os espaços onde há troca de saberes: nas conversas em casa, nas rodas culturais, nos movimentos sociais, na internet e até nas ruas, sendo um canal que nos ajuda a interpretar criticamente a realidade e a transformá-la.

Portanto, a educação escolar, por ser tão presente desde cedo em nossas vidas, precisa ser entendida como uma das principais influências no nosso desenvolvimento, na forma como enxergamos o mundo e nos percebemos como pessoas. Logo, é preciso que o ensino no Brasil seja inclusivo com as diferentes formas de ser criança e adolescente, bem como se adapte para oferecer uma educação emancipatória (que nos faça ser pessoas autônomas e conscientes das dinâmicas existentes no mundo).

No Brasil, um país marcado por profundas desigualdades e uma grande riqueza cultural e natural — como a diversidade étnico-racial, além de uma diversidade enorme de territórios com suas florestas, águas, animais e ecossistemas —, a escola tem o dever de promover emancipação. Isso significa garantir que todas as juventudes — negras, indígenas, periféricas, LGBTQIAP+, com deficiência e tantas outras — sejam representadas e tenham acesso a uma educação que não apenas conte a história real do país, mas que também lhes ofereça uma educação de qualidade e transformadora.

A juventude brasileira, espalhada por múltiplos territórios e realidades, tem usado a educação como arma de resistência — recontando narrativas apagadas, exigindo representatividade e construindo espaços alternativos onde seus saberes são valorizados. Quando um jovem ensina outro sobre seus direitos, quando um grupo organiza um cineclubes para discutir opressões ou quando estudantes ocupam escolas para lutar por melhorias, fica evidente: a educação é, acima de tudo, instrumento de poder, consciência e transformação. Como nos lembra Paulo Freire: “educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem — por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem...”. É nesse diálogo que a juventude tem construído novos caminhos de saber e mudança.

Neste capítulo, discutiremos como a educação pode (e deve) ser uma ferramenta de liberdade, capaz de romper com estruturas opressoras e construir futuros mais justos. Porque aprender não é só decorar datas e fórmulas: é entender o passado, questionar o presente e, juntos, reinventar o amanhã.

## 1. Juventude e Participação

O conceito de participação significa envolvimento ativo, informado e voluntário das pessoas na tomada de decisões e na vida de suas comunidades (tanto local quanto globalmente). Participação significa trabalhar com e por pessoas, e não apenas trabalhar para elas. [...]. (Unesco, 2014, p. 18).

A construção do debate global sobre juventude teve seu ponto de partida em 1985, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou aquele período como o “Ano Internacional da Juventude”, destacando os eixos de participação, desenvolvimento e paz. Posteriormente, nos anos 1990, observou-se um crescente interesse das organizações multilaterais pela temática juvenil, que passou a ocupar espaço prioritário nas agendas internacionais (Souza, 2008).

A participação política da juventude brasileira nunca se limitou aos espaços formais de poder. Ela pulsa nas ocupações de escolas que transformam prédios abandonados em centros culturais, nos saraus das periferias que dão voz aos invisibilizados, nos coletivos digitais que organizam mutirões de luta e resistência.

O documentário Bora Ocupar (2019) retrata a onda de ocupações estudantis que eclodiu em 2016 como forma de resistência à PEC 55 (que congelou gastos públicos por 20 anos), à Reforma do Ensino Médio e ao polêmico projeto Escola Sem Partido. Esse movimento foi um marco para o protagonismo juvenil e ampliação da voz da juventude na luta pela educação. Quando a pandemia expôs as desigualdades educacionais, foram os estudantes que criaram redes de apoio para pré-vestibular gratuito on-line. Quando o racismo mostrou suas garras através do extermínio da juventude negra e indígena, os coletivos organizaram aulas públicas e campanhas antirracistas. Quando o meio ambiente entrou em colapso, os jovens indígenas e periféricos lideraram as discussões sobre justiça climática e racismo ambiental.

O desafio que se coloca é entender as juventudes como agentes de participação nos espaços de poder. A participação da juventude nos espaços — seja nos conselhos de juventude, grêmios estudantis, conferências etc. — representa o que a educação popular ensina: “aprender a aprender” para, a partir da reflexão-ação (Grupo Curumim, 2010), assumir um compromisso através da ação de transformação de uma dada situação posta e imposta às juventudes e à sociedade.

Exemplos de participação juvenil:

- ✓ Conselhos de juventude
- ✓ Grêmios estudantis
- ✓ Parlamento Jovem

### Fique sabendo!

**Participação Política:** a participação política refere-se à prática de influenciar decisões e acontecimentos políticos a partir das percepções e interesses da sociedade. Envolve ações como votar, protestar, atuar em partidos ou movimentos e cobrar do poder público respostas às demandas sociais. Ao incluir na política seus anseios e os de sua comunidade, o cidadão contribui para a construção de uma democracia mais ativa e representativa.

**Participação Popular:** a participação popular diz respeito à integração direta da sociedade civil em conselhos, fóruns, audiências e assembleias públicas. Trata-se de uma forma de empoderamento social e de conquista de espaços institucionais de decisão. Por meio dela, as comunidades acompanham e influenciam a formulação e execução de políticas públicas, cobrando ações concretas do Estado.

O filme “Eles Não Usam Black-tie” (1981), dirigido por Leon Hirszman, é um marco do cinema político brasileiro. A obra retrata o cotidiano da classe trabalhadora e os conflitos entre a luta coletiva e os dilemas individuais. Mostra como a consciência política nasce da vivência e da organização popular, reafirmando a importância dos movimentos sociais e da resistência popular diante das injustiças estruturais.



**Participação Cidadã:** Todo cidadão deve entender a importância que ele tem nos lugares nos quais ele está, participar ativamente, manifestar-se se há algo que as autoridades ou o governo estão fazendo que não está correto, e buscar saber mais sobre sua participação ativa numa sociedade. Com isso, enquadra-se a participação cidadã: ela é o pilar fundamental da democracia, pois seu objetivo é que os cidadãos participem com sucesso do processo de tomada de decisões públicas.

### Mas como a juventude se encaixa nisso?

A juventude é o principal pilar da participação cidadã; são pessoas mais ativas, com mais conhecimento disponibilizado para elas, com mais entendimento das desigualdades enfrentadas no mundo de hoje. É aí que se encaixa a participação dos jovens, pois ela não se limita apenas à decisão de eleição do prefeito, governador ou presidente, mas sim à demonstração de que a coletividade não permitirá a retirada de seus direitos — pelo contrário, irão exigir mais prerrogativas destinadas a assegurar o bem-estar social. Nenhum cidadão pode deixar de participar ativamente dos seus direitos e dos dos outros no local onde está inserido.

## 2. Juventude e Cidadania

A cidadania é um direito garantido a todas as pessoas, mas nem sempre ela se realiza de forma plena. Ser cidadão não é apenas ter o direito ao voto: é também ter acesso à educação, saúde, lazer, segurança, cultura, liberdade de expressão e participação política.

No contexto da juventude, especialmente das juventudes marginalizadas, a cidadania se constrói por meio da luta diária. Jovens indígenas, quilombolas, periféricos e LGBTQIA+ muitas vezes são excluídos das decisões que afetam suas vidas — mas isso não os impede de ocupar espaços, criar redes de apoio e transformar suas realidades.

Para os povos originários, a cidadania tem um significado ainda mais profundo. Está ligada à defesa do território, à preservação das florestas, rios e saberes ancestrais. Está nas mobilizações por educação bilíngue nas aldeias, pelo direito à identidade quilombola nos documentos, pela existência digna das juventudes trans e pelo enfrentamento do racismo ambiental, que impacta nossos corpos e comunidades.

Como destaca Souto (2022), a participação social é uma das formas mais legítimas de se exercer a cidadania. Estar presente em conselhos escolares, coletivos, associações e movimentos sociais fortalece a democracia participativa e transforma os jovens em sujeitos políticos ativos.

## 3. Protagonismo Estudantil

O protagonismo estudantil refere-se à capacidade dos estudantes de assumirem um papel ativo e central no processo educacional, participando das decisões que afetam sua aprendizagem e o ambiente escolar. Essa abordagem promove a autonomia, a responsabilidade e o desenvolvimento de competências críticas e sociais. Paulo Freire, patrono da educação brasileira, defendia uma educação libertadora, na qual o estudante é sujeito do conhecimento, participando criticamente do processo educativo. Para Freire, o diálogo entre educador e educando é essencial para a construção do conhecimento.

O Protagonismo Estudantil se manifesta em diversas práticas educacionais, nas quais o estudante assume as rédeas da sua aprendizagem. O principal exemplo de protagonismo estudantil é a entidade “Grêmios Estudantis”, que congrega a união e o esforço dos estudantes para formular respostas a adversidades que ocorrem na escola e, para além disso, para garantir a inserção estudantil no meio de decisões.

No entanto, esse protagonismo pode encontrar barreiras devido a ideologias que podam a liberdade juvenil. Dayrell (2003) reforça que o protagonismo juvenil só é possível quando os jovens são reconhecidos como sujeitos sociais e históricos, capazes de produzir cultura, saberes e intervir no mundo. Ele também critica as visões adultocêntricas que subestimam as potencialidades juvenis, propondo uma escuta sensível e horizontal das juventudes.

*“O protagonismo estudantil exige que a escola escute os jovens, reconheça suas práticas culturais e considere seus modos de vida como legítimos.”*  
Dayrell (2003)

Nesse aspecto, em debate sobre educação, Darcy Ribeiro afirma que: “A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto!”. Essa análise apresenta e fomenta outra face do protagonismo estudantil, que, quando organizado, se torna movimento estudantil. No Brasil, o século XX é marcado pelo surgimento de diversos movimentos sociais, dentre os quais se destaca o Movimento Estudantil, que tem sua história intrinsecamente ligada à história da democracia brasileira. O protagonismo estudantil no Brasil não é apenas uma proposta pedagógica, mas também uma prática histórica e política, e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a União Nacional dos Estudantes são expressões concretas dessa trajetória.

Criada em 1948, a UBES representa estudantes do Ensino Fundamental, Médio, técnico e profissionalizante. Seu papel na formação da cidadania juvenil é central. A entidade atua como uma ponte entre o espaço escolar e o espaço político, incentivando os jovens a se organizarem por meio de grêmios estudantis, conselhos escolares, conferências e mobilizações sociais. A UNE foi fundada em 1937 e representa os estudantes universitários brasileiros, assim como a UBES, que tem papel histórico no protagonismo estudantil. Sua atuação se consolidou em momentos-chave da história do país, como na luta contra a Ditadura Militar, nas “Diretas Já!” e em diversas conquistas pela educação. Ambas as entidades elevam o grau do protagonismo, transcendendo os muros das instituições de ensino e transformando a sociedade.

O Programa Saúde na Escola dialoga com esse aspecto ao colocar em evidência o protagonismo do jovem estudante brasileiro como agente do futuro que lhe pertence, um futuro em que a Ciência, a Saúde e a Educação caminham juntas!

#### **4. Protagonismo Juvenil**

O protagonismo juvenil é uma concepção que reconhece o jovem como sujeito de direitos, ator social ativo e agente de transformação. Trata-se de um conceito que ultrapassa a simples ideia de “participação”, pois envolve autonomia, responsabilidade, criticidade e engajamento consciente dos jovens em processos que impactam sua vida, sua comunidade e o espaço público.

O termo “protagonismo” vem do grego *protagonistés*, que significa o primeiro ator, aquele que conduz a ação. No campo da educação e das políticas públicas de juventude, essa metáfora ganha um sentido ético e político: o jovem deixa de ser espectador para assumir o papel de autor da própria história.

Esse papel de personagem principal pode se manifestar em diversas áreas como: na área pedagógica, na qual, na escola, o protagonismo se revela em projetos interdisciplinares, gestão democrática, escolha de temas de estudo, produção de conhecimento, e metodologias ativas que incentivam o estudante a ser autor do seu processo de aprendizagem. Em questões políticas e sociais, ele aparece através de grêmios estudantis, movimentos sociais, conselhos de juventude,

ocupações escolares, protestos e fóruns participativos. O jovem protagonista também é um produtor de cultura, pois cria música, dança, poesia, conteúdo digital, grafite, entre outras formas de expressão que comunicam sua visão de mundo e identidade.

*“Os jovens são os semeadores do amanhã. Não se pode pensar o futuro sem a ousadia deles.” - Ribeiro (1996)*

Darcy Ribeiro reforça a importância da juventude como força histórica ativa. Ao propor um sistema educacional emancipador e inclusivo, ele posiciona os jovens como sementes do futuro, destacando a urgência de um projeto nacional que os envolva como construtores e não apenas beneficiários. Uma das sementes plantadas na juventude foi o sentimento de democracia, a exemplo da música “Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores”, de Geraldo Vandré, talvez o maior hino do protagonismo juvenil e da ação política coletiva no Brasil. Entoada em protestos desde os anos 1960, é um chamado direto à mobilização.

O FORTALECE PSE se conecta diretamente com o protagonismo juvenil quando se debatem temas que dizem respeito a essa população. O jovem sabe defender e debater o que quer e o que almeja, mas, para além disso, ao assumir o protagonismo, ele mesmo constrói um futuro melhor!

A participação juvenil pode ser entendida como o movimento de alteração de estruturas sociais, com a juventude enquanto sujeito ativo dessas mudanças, podendo ocorrer através da presença dos jovens na construção de políticas públicas, no desenvolvimento de materiais didáticos, entre outras elaborações que valorizem o jovem, seus conhecimentos e suas capacidades comunicacionais, colocando-o, verdadeiramente, no lugar de protagonista.

### **Referências para Reflexões sobre as Diversas Juventudes**

A partir do conceito apresentado, acredita-se que é de fundamental importância observar as diversas juventudes existentes. Quando se fala das juventudes, no plural, existe o entendimento de que, para uma participação juvenil realmente efetiva, faz-se necessária a participação dos jovens provenientes de diversas realidades, as quais abrangem pessoas de diferentes classes sociais, etnias, sexualidades, identidades de gênero, entre outras formas de diversidade. É importante que se observem as existências dos jovens negros, quilombolas, indígenas, amarelos, LGBTQIAPN+, transgêneros, empobrecidos, periféricos etc., pois essas populações são sistematicamente marginalizadas e, sem a participação dessas juventudes em sua totalidade, não é possível fazer um acompanhamento efetivo para a melhora das condições sociais não apenas desses indivíduos, mas da sociedade como um todo. Quando a juventude tem seu acesso negado, a luta pela saúde e educação de qualidade para todas as pessoas perde muito!

Para exemplificar, seguem abaixo duas tirinhas da cartunista e militante travesti, Laerte Coutinho.

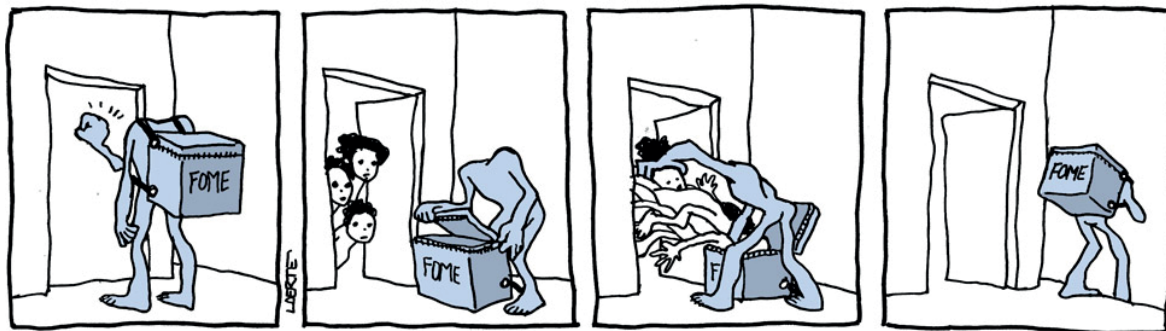


Figura 2. Quadrinho da Cartunista Laerte Coutinho

A figura 2, tirinha retirada do acervo pessoal do Instagram da cartunista (@laertegenial), traz uma importante reflexão sobre a triste realidade no Brasil referente à insegurança alimentar. O entendimento de que a fome é companheira fiel de grande parte da população brasileira e também se faz presente na vida de muitas juventudes é necessário para lutar por um Brasil melhor para todas as pessoas. Parte-se da consciência de que a juventude precisa de políticas públicas efetivas que lhe oportunizem participar da vida política. Afinal, se “saco vazio não para em pé”, juventude sem acesso não tem a possibilidade de participar e lutar ativamente na mudança de um sistema marginalizador.



Figura 3: Normais. Quadrinho da Cartunista Laerte Coutinho.

A figura 3, criada por Laerte, traz uma importante reflexão sobre a forma desumana em que as pessoas transgêneros e travestis são lidas e tratadas socialmente. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2024, o Brasil seguiu sendo o país que mais assassinou pessoas transgênero, totalizando 122 mortes. É importante citar que esses assassinatos tiveram requintes de crueldade envolvidos e foram cometidos, majoritariamente, contra pessoas trans jovens (de 18 a 29 anos); esses casos representam 49% da totalidade dos assassinatos. Em 78% dos casos, as vítimas eram pessoas trans negras, sendo possível observar aqui a interseccionalidade entre etnia e identidade de gênero, em que os preconceitos somados tiram vidas a todo instante. Nesse momento, não existe final feliz: a tristeza prevalece sobre tantas vidas ceifadas em nome do ódio. Mas também existe uma possibilidade: a que reconhece a necessidade de lutar por corpos transvestigêneros, de acolher, proteger e empoderar a juventude diversa e potente, que precisa e clama, urgentemente, pela oportunidade de viver com dignidade.

Nossa existência é resistência, e resistiremos hoje, assim como resistimos no passado, com a certeza de que nossa luta é justa e necessária para a construção de um futuro em que ser trans não seja um ato de coragem, mas um direito fundamental. (Bruna Benevides, Dossiê, Antra 2024).

## 5. Juventudes

Longe de ser uma categoria homogênea definida apenas por critérios biológicos e etários, entendemos as juventudes como uma constituição coletiva marcada pela interculturalidade e diversidade. Engana-se quem pensa que ser jovem se resume a uma fase entre a infância e a vida adulta delimitada por faixas etárias. Na realidade, as juventudes são construções dinâmicas, profundamente influenciadas pela localização histórica, condições materiais e experiências territoriais de cada sujeito (Santos, 2018). Quando falamos em juventudes, no plural, reconhecemos que ser jovem no Brasil e no mundo envolve realidades distintas, oportunidades desiguais e múltiplas formas de existir. Entende-se, também, que as desigualdades de raça, gênero, classe e território moldam trajetórias e oportunidades, mostrando que não há uma única maneira de ser jovem.

Um jovem indígena em resistência cultural, uma trabalhadora doméstica de 18 anos, um universitário de classe alta, ou até uma mãe solo jovem de 27 anos podem ter idades similares, mas vivenciam juventudes radicalmente diferentes. Enquanto alguns têm o privilégio de prolongar seus estudos e experimentações, outros são forçados a assumir responsabilidades adultas precocemente.

Aqui, percebe-se que a idade cronológica é insuficiente para explicar as múltiplas formas de existir enquanto jovem. As juventudes se formam pela interculturalidade de vivências e diversidade.

As juventudes também são espaços de disputa e reinvenção. Se, por um lado, são frequentemente associadas à rebeldia e à transitoriedade, por outro representam potentes momentos de planejamento e construção de futuros — individuais e coletivos. Seja nas periferias criando culturas de resistência, nos movimentos sociais reivindicando direitos ou nas universidades produzindo conhecimento, as juventudes demonstram que são muito mais do que “fase”: são posicionamento político, subjetividade em transformação e território de possibilidades (Araújo, 2019).

## 6. Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei brasileira que protege os direitos de todas as crianças e adolescentes, garantindo que eles sejam tratados com prioridade, cuidado e respeito. Criado pela Lei nº 8.069/1990, ele assegura direitos fundamentais como educação, saúde, lazer, proteção contra violência e exploração, e condições para o pleno desenvolvimento.

O ECA também determina que a família, a sociedade e o governo têm o dever de cuidar, proteger e promover o bem-estar de crianças e adolescentes,

reconhecendo que eles precisam de atenção especial para crescerem de forma saudável e segura. É uma ferramenta que valoriza a infância e a adolescência como fases essenciais da vida.

O objetivo é criar uma sociedade mais justa e igualitária, na qual crianças e adolescentes possam se desenvolver de forma saudável e segura e contribuir para o bem-estar da comunidade.

Na prática:

- ✓ Criar conselhos estudantis nos quais crianças e adolescentes possam expressar opiniões e participar de decisões escolares;
- ✓ Promover projetos de liderança e voluntariado;
- ✓ Estimular atividades que valorizem a criatividade e a expressão cultural dos alunos.

### Fique sabendo!



**Objetivo no ECA:** Garantir acesso à saúde integral e condições para o pleno desenvolvimento físico e emocional (art. 7).

## 7. Estatuto da Juventude

O Estatuto da Juventude é uma lei brasileira criada para garantir os direitos dos jovens, promovendo sua inclusão, desenvolvimento e participação na sociedade. Ele assegura acesso à educação, saúde, cultura, lazer, trabalho e outros direitos fundamentais, além de reforçar a importância de políticas públicas que atendam às necessidades e aos sonhos dos jovens com idades entre 15 e 29 anos. Abrange várias áreas importantes, como:

- ✓ Educação: Acesso a oportunidades de aprendizado e desenvolvimento intelectual;
- ✓ Saúde: Acesso a serviços de saúde de qualidade e promoção de hábitos saudáveis;
- ✓ Cultura e Lazer: Oportunidades para expressão cultural e atividades de lazer;
- ✓ Trabalho: Acesso a oportunidades de emprego e desenvolvimento profissional.

O estatuto também enfatiza a importância de políticas públicas que atendam às necessidades específicas dos jovens, especialmente aqueles em condições de risco. Isso inclui:

- ✓ Promoção da Autonomia: Incentivar os jovens a tomar decisões informadas e assumir responsabilidades;

- ✓ Participação Social e Política: Encorajar os jovens a se envolverem em questões sociais e políticas;
- ✓ Desenvolvimento Integral: Apoiar o desenvolvimento físico, emocional e intelectual dos jovens.

O objetivo principal do Estatuto da Juventude é garantir oportunidades iguais para todos os jovens e estimular seu protagonismo na construção de um futuro melhor. Ao articular políticas públicas em áreas como saúde, educação e assistência social, o estatuto busca criar uma rede de proteção eficaz e acessível para a juventude.

Podemos trabalhar nas escolas que enfrentam altos índices de gravidez na adolescência e evasão escolar. O projeto pode incluir:

- ✓ Oficinas de saúde sexual e reprodutiva ministradas por agentes de saúde;
- ✓ Triagem visual e auditiva para identificar problemas que impactam no aprendizado;
- ✓ Rodas de conversa sobre promoção de saúde mental e apoio com articulação da rede de atenção psicossocial da APS/SUS;
- ✓ Incentivo ao protagonismo, com alunos criando campanhas educativas.

## 8. Liderança

Quando a gente escuta a palavra “liderança”, muita coisa pode vir à mente: alguém que comanda, que fala por todos, que toma decisões sozinho. Mas será que esse é o único jeito de ser líder?

Nas nossas vivências em comunidades, coletivos, movimentos sociais e espaços de resistência aprendemos outra coisa: liderança não é sobre estar acima, mas sobre estar com. Não é sobre mandar, é sobre cuidar, escutar e compartilhar responsabilidades. Liderança é o comprometimento com o cuidado coletivo de nossos grupos representativos, com o fortalecimento dos laços que nos unem e com o bem-estar de todos.

Como afirma o doutor João Paulo Lima Barreto, indígena do povo Tukano, liderança na região em que cresci não é construída por comando ou imposição, mas por meio de um conhecimento que envolve o corpo, o espírito e o coletivo. Em sua tese, ele mostra como os kumuã, especialistas tradicionais do Alto Rio Negro, orientam suas comunidades a partir de um saber que cuida da saúde integral e do bem viver coletivo. Essa forma de liderança está profundamente ligada ao compromisso com o outro e com o território.

O pensador indígena Ailton Krenak mostra que, em muitas comunidades, a liderança não é sobre destaque individual, mas sobre o compromisso com a terra, com o bem viver, com a ancestralidade e com o futuro do coletivo. Um verdadeiro líder, segundo Krenak, escuta mais do que fala, respeita o tempo das pessoas e não se separa da comunidade que representa.

## 9. Liderança Juvenil

Quando se fala em liderança juvenil, muitas pessoas imaginam jovens apenas imitando os modelos de liderança dos adultos: falar em público, tomar decisões, “representar” os outros. Mas será que é só isso?

Para nós, liderança juvenil é quando os jovens assumem a responsabilidade de cuidar da vida em comunidade com coragem, criatividade e empatia. Não se trata de liderar para se destacar — é sobre liderar para fortalecer. É reconhecer que os jovens têm voz, ideias, conhecimentos e caminhos próprios para transformar o mundo, sem precisar seguir fórmulas antigas.

Liderança juvenil também é trazer esperança para aqueles que nos acompanham na luta; é viver a coletividade na sua forma mais autêntica de se representar. É entender os desafios que enfrentaremos juntos.

Como diz o doutor João Paulo Lima Barreto, indígena do povo Tukano, no pensamento dos povos do Alto Rio Negro, o conhecimento e a liderança estão profundamente ligados ao cuidado com o corpo, o espírito e a coletividade. Essa perspectiva nos ajuda a perceber que a juventude pode liderar de acordo com seus próprios modos de existir e saber — seja através da dança, do canto, da escuta, da luta ou da arte.

Joane Araújo, ao refletir sobre a trajetória do Levante Popular da Juventude, destaca que a liderança juvenil também é uma prática de organização coletiva e formação política, uma ação que surge da vivência concreta nos territórios. Para ela, a juventude lidera ao se reconhecer como parte de um projeto de transformação social, rompendo com o individualismo e colocando a esperança em movimento.

Liderança juvenil é o compromisso de não caminhar sozinho. É uma força que surge do coletivo e retorna para ele. E isso se aplica tanto a quem está em uma comunidade, quanto a um coletivo de bairro, a uma escola ou à ocupação de espaços de construção social.

### Você sabia?



As Leis de Grêmios são, na verdade, o primeiro convite para entender que política e participação não estão longe do nosso dia a dia. É compreender que o movimento pode começar ali no recreio, na reunião dos estudantes, na organização de um debate. Quando os estudantes se organizam, criam regras e fazem delas um instrumento de mudança dentro da escola, eles estão praticando democracia de verdade. As Leis de Grêmios, mais do que limitar, ensinam que a opinião tem muito valor, que o diálogo verdadeiramente transforma e que representatividade é construída, não dada. Dessa maneira, as leis deixam de ser vistas como algo burocrático e passam a se tornar ferramentas de empoderamento, que garantem que a voz dos estudantes seja ouvida, respeitada e formalmente reconhecida dentro do ambiente escolar. Quando entendidas desse jeito, as Leis de Grêmios não são apenas o início da representação, mas o início de uma mentalidade crítica sobre o mundo e sobre o próprio papel do jovem como cidadão.

## 10. Educação para a Cidadania

Educar para a cidadania é ensinar que cada pessoa tem o direito de participar da vida pública — dar opinião, fazer escolhas, cobrar autoridades, propor mudanças. É mostrar que democracia não é só votar, mas também construir, dialogar, protestar, reunir-se, organizar-se. Cidadania ativa é saber que o mundo pode mudar e que todos têm um papel nisso.

Na escola, a cidadania se aprende na prática: quando há espaço para o grêmio estudantil funcionar, quando os estudantes podem debater e decidir sobre o que acontece em seu ambiente, quando a escola escuta e valoriza suas vozes, a cidadania começa na escuta e se fortalece com a ação.

A escola pode realizar uma assembleia para os estudantes decidirem um projeto coletivo, como o uso do pátio ou a organização de uma semana temática. Também pode estimular os jovens a participarem de conselhos escolares, fóruns de juventude ou audiências públicas.

### Você sabia?

A educação em saúde também é uma expressão da educação para a cidadania? Isso porque educar em saúde é ensinar que o cuidado com o corpo e a mente está conectado com o cuidado com os outros, com o território e com a coletividade. É ensinar que a saúde também é uma questão de justiça social e de acesso. E que os jovens podem — e devem — participar das decisões que afetam sua saúde e a de sua comunidade.



A saúde é mais do que ausência de doença. Saúde é bem-estar físico, mental, emocional, social e até cultural. Ter saúde é poder estudar, viver sem medo, ter acesso à informação, ser respeitado em sua identidade, poder se expressar e ter oportunidades. É também ter direitos garantidos: alimentação de qualidade, moradia digna, ambiente saudável, apoio emocional, lazer, liberdade e segurança.

Na prática, estudantes podem organizar uma campanha sobre saúde mental com base em suas próprias experiências, debater os efeitos das redes sociais no bem-estar, mapear com a equipe escolar os principais desafios do cotidiano e propor ações com os agentes de saúde da comunidade.

## 11. Escuta Ativa dos Estudantes

A escuta é uma habilidade fundamental para uma comunicação eficaz e para fortalecer relacionamentos. Quando ouvimos atentamente, conseguimos entender melhor as necessidades, sentimentos e opiniões das pessoas ao nosso redor. É uma ferramenta poderosa que promove conexão e compreensão mútua!

No âmbito da busca por garantir o acesso aos direitos, a escuta é negada àqueles que reivindicam para aqueles que deveriam ouvir as demandas. “Escutar os estudantes significa criar oportunidades para que possam compartilhar opiniões sobre diferentes assuntos [...] desde a infraestrutura da escola [...] até mudanças no currículo.” (Porvir, sem data).

A escuta deve ser uma prática constante e plural na sociedade, apesar da dificuldade dos grupos e movimentos sociais de serem ouvidos pelo restante da sociedade e pelos gestores. É fundamental ouvir os estudantes sobre tudo o que afeta sua experiência escolar, inclusive temas estruturais e pedagógicos. A escuta só tem sentido se estiver ligada a ações reais; caso contrário, gera frustração e quebra de confiança.

No âmbito escolar, a escuta torna-se a matriz para se chegar ao anseio que a criança e o adolescente buscam na problemática que vivem no ambiente. Desse modo, escutar e analisar as situações vivenciadas naquele ambiente, diante das pautas presentes entre eles, é essencial.

Inspirando-se nas ideias de Paulo Freire, a escuta ativa dos estudantes é fundamental para a promoção do diálogo. A escuta ativa é uma habilidade essencial nesse processo, pois permite que o professor e a escola compreendam e reconheçam as realidades e saberes dos estudantes, promovendo uma aprendizagem mais participativa. Assim, a escuta ativa, fundamentada na perspectiva freiriana, ajuda a criar um ambiente de confiança e respeito e de promoção da autonomia dos estudantes.

É importante que os estudantes conheçam formas de reivindicar seus espaços de autonomia e que possam construir relações de confiança com professores que estimulem a participação deles, como um professor com maior proximidade ou a garantia de participação estudantil nos Conselhos de Classe.

Juntos, falamos mais alto. É importante que os estudantes sejam estimulados a participarem e a criarem grêmios estudantis e que, além de tudo, compreendam seu papel representativo do grupo e que ouçam seus pares para levar as reivindicações aos espaços corretos de maneira coesa e organizada.

## 12. Adolescência

A adolescência não é só uma fase de espera — é uma fase de potência. É o momento em que a juventude começa a entender o mundo, rebelar-se contra injustiças e buscar formas de transformar a realidade ao seu redor. Costumamos dizer no movimento estudantil que os adolescentes não são o futuro — são sujeitos políticos do agora. Capazes de organizar grêmios, liderar protestos, escrever propostas, dialogar com o poder público e propor soluções para os desafios que vivem nas escolas e comunidades.

O PSE pode ser um espaço estratégico para valorizar a adolescência como tempo de protagonismo. Isso se faz ao ouvir os adolescentes, garantir sua presença ativa no planejamento das ações, falar com eles, não apenas sobre eles. Tornar isso possível significa criar espaços de escuta contínua, incentivar que adolescentes participem dos comitês intersetoriais, dialoguem com os profissionais de saúde e educação e se expressem por meio da arte, da comunicação e das práticas que fazem sentido para eles.

Ao reconhecer a adolescência como tempo de transformação, o PSE fortalece a autonomia, o senso crítico e o pertencimento dos jovens ao território e à escola. É assim que se constrói uma política pública com a cara, a força e a voz da juventude brasileira.

**Você sabia?**

No Brasil, os termos “jovem” e “adolescente” são definidos legalmente, mas também têm significados culturais e sociais importantes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que adolescente é quem tem entre 12 e 18 anos. Já o termo “jovem” abrange uma faixa etária mais ampla, de 15 a 29 anos, segundo o Plano Nacional da Juventude.



Mas ser jovem ou adolescente no Brasil, sendo indígena, quilombola, morador de periferia ou parte da população LGBTQIA+, é uma experiência atravessada por desigualdades históricas, por resistências cotidianas e por uma enorme potência transformadora. As juventudes não vivem essa fase da mesma maneira: há jovens que precisam trabalhar cedo, que enfrentam preconceitos de raça, gênero e orientação sexual, que precisam sair de suas comunidades para estudar ou que lutam pela demarcação de suas terras.

Apesar das adversidades, a juventude é também o momento de descobertas, de fortalecimento das identidades e de mobilização por mudanças. É nesse tempo que muitos jovens se reconhecem como lideranças, protetores da floresta, comunicadores populares, artistas, pesquisadores, ativistas ou cuidadores da cultura.

**13. Educação e Formação**

Educar e formar significa ir além dos conteúdos escolares tradicionais. É promover o pensamento crítico, o diálogo e a autonomia dos estudantes. Significa permitir que os jovens desenvolvam a capacidade de entender o mundo em que vivem e de intervir nele. É reconhecer que o processo de formação também acontece na rua, na internet, nas experiências de vida, no trabalho e nas relações com o território.

Na prática, a escola deve ser um espaço de escuta, de construção coletiva e de valorização das vozes juvenis. O protagonismo estudantil é parte fundamental desse processo: quando os jovens opinam, decidem, criam projetos e são levados a sério, aprendem a agir com responsabilidade, compromisso e visão coletiva.

Os próprios estudantes podem propor projetos, escolher temas de pesquisa, organizar debates ou participar da definição de atividades escolares, como a escolha de oficinas, eventos culturais ou temas para campanhas dentro da escola.

# EIXO 3 - TERRITÓRIO, SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Território, Sustentabilidade e Justiça Ambiental é um eixo que propõe um olhar integrado e plural sobre as relações entre os seres humanos, os territórios e os modos de vida. Ao articular conhecimentos diversos, buscamos refletir criticamente sobre os impactos socioambientais da modernidade que têm sido negligenciados e valorizar formas de existência que resistem e propõem alternativas pautadas no cuidado, na justiça e no Bem-Viver.

É disso que trata este caderno: de pensar o território como espaço de vida, de resistência e de transformação. Como bem disse Joenia Wapichana, mulher indígena e defensora dos direitos dos povos originários: “lutar pelo território é lutar pela vida, pela identidade, pela existência”. É enxergar que sustentabilidade não é só uma questão ambiental, mas também social, econômica, política e cultural. E que justiça ambiental significa reconhecer que os impactos da degradação ambiental não atingem a todos da mesma forma — são justamente os mais vulneráveis os que mais sofrem com esses impactos em suas comunidades e territórios.

Ressaltando também que não há justiça ambiental sem justiça de gênero. As mulheres — especialmente indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas — estão entre as mais afetadas pelas desigualdades socioambientais, mas também são as que protagonizam muitas das lutas por cuidado, território e preservação da vida. É por isso que o feminismo, em diálogo com saberes decoloniais, ajuda-nos a compreender como a opressão aos corpos se entrelaça à exploração da natureza e como práticas sustentáveis só são possíveis quando há equidade, autonomia e escuta das vozes historicamente silenciadas.

Nesse sentido, pensar território é lembrar que somos corpos-territórios, ou seja, uma extensão do local de onde viemos, onde formamos nossa identidade. Ao reconhecer essa conexão, reafirmamos o compromisso com modos de vida justos, igualitários e enraizados no Bem Viver — e abrimos caminhos para transformar não só o ambiente à nossa volta, mas também as formas como nos relacionamos com ele. É essencial repensarmos e transformarmos nossas relações com a natureza, pois já estamos sendo impactados pelas mudanças climáticas que afetam a biodiversidade e aumentam a possibilidade de vivermos maiores eventos climáticos extremos.

A crise ambiental que vivemos é, na verdade, uma crise de território e de desigualdades. As mudanças climáticas aprofundam injustiças históricas, afetando de forma desproporcional os povos mais marginalizados. Não existe

justiça ambiental sem justiça social - sem enfrentar o racismo, a pobreza, a negação de direitos e garantir reparações. Sustentabilidade verdadeira só é possível com decolonialidade: quando comunidades têm poder real sobre seus territórios, cuidam da natureza com pertencimento e regeneram o ambiente com justiça. Repensar nossa relação com a natureza é urgente, pois já vivemos os impactos da crise climática que ameaça nossa existência e a de todos os seres vivos.

Diante dos desafios e desigualdades impostos nas vivências socioambientalistas, é urgente escutar as vozes historicamente silenciadas, que resistem para ensinar caminhos possíveis. Como nos lembra Airton Krenak, “Não existe humanidade sem Terra. Se ela acabar, acabamos também”.

## 1. Território

Geograficamente, território diz respeito a uma área delimitada por fronteiras em relação de posse ou propriedade, animal ou humana. Porém, sua ideia pode ser vista como o espaço socioambiental ao qual pertencemos, desde a terra em si onde está instalado o povo que mora naquele território, vivenciando o cotidiano naquele espaço social e praticando seus costumes, compartilhando sua cultura, saberes tradicionais e o contato com a natureza e a criação.

A juventude tem como papel fundamental no território elencar as necessidades e debates, dentre outras questões, como lutar pelo pertencimento ao seu local, que se refere à sua história, ancestralidade, modo de lidar com a sociedade e à perspectiva de futuro para si mesma.

Em linhas gerais, território é vida: trata-se da identidade de cada pessoa que a ele pertence, e é o primeiro espaço em que nasce o protagonismo para a defesa de pautas como uma saúde de qualidade ou uma educação inclusiva para todos.

## 2. Territorialidade

Quando se pensa em territorialidade, ela envolve um determinado grupo ocupando e usufruindo de um determinado espaço, tornando esse local seu território de convivência. O protagonismo juvenil, na perspectiva da territorialidade, refere-se à forma como os jovens se envolvem e influenciam o espaço onde vivem, assumindo a responsabilidade pela transformação e desenvolvimento do seu território.

O protagonismo, quando articulado com a territorialidade, permite que os jovens participem ativamente das decisões que afetam a sua vida e comunidade, assumam papéis de liderança em organizações comunitárias e se sintam parte integrante do processo de desenvolvimento.

A territorialidade na escola é um conceito que busca ampliar a compreensão do espaço escolar como um território de vida, onde a escola é vista não apenas como um local de ensino, mas também como um espaço de relações sociais, construção de identidades e participação da comunidade.

*“A escola apresenta-se como espaço e lugar para a vivência do protagonismo enquanto processo pedagógico de desenvolvimento humano.”*

*Thais Gama Da Silva*

A territorialidade na escola apresenta desafios, como a necessidade de lidar com as desigualdades sociais e as diferenças culturais, mas também oportunidades para a construção de um espaço escolar mais inclusivo, democrático e transformador.

### 3. Enoterritório

No contexto comunitário indígena e quilombola, os sentidos da educação formal destoam significativamente das formas eurocentradas historicamente impostas no Brasil. Em um país de vasta diversidade de povos e comunidades tradicionais, a educação escolar indígena evidencia que cada grupo carrega formas únicas de ensinar e aprender, enraizadas em seus aspectos culturais, sociais, históricos e cosmológicos.

Nesse sentido, emerge o conceito de etnoterritório, que ultrapassa a noção de território como mero espaço físico e geográfico. O etnoterritório é território ancestral, espiritual, simbólico e político; é o aspecto no qual se entrelaçam os modos próprios de ser, viver, conhecer e educar. Para Baniwa (2006), a educação escolar indígena deve partir da realidade sociocultural e territorial dos povos, sendo construída com base no projeto político-pedagógico do próprio povo, em seus saberes, valores, idiomas, práticas e territórios. Dessa forma, o etnoterritório não é apenas um espaço no qual a educação acontece, mas um sujeito pedagógico em si: ele educa, transmite valores, orienta práticas e sustenta as cosmologias.

Pensar a educação a partir dos etnoterritórios é, portanto, romper com a lógica colonial e reconhecer o direito dos povos originários e tradicionais à autodeterminação de seus processos formativos. Atualmente, diversos movimentos sociais e organizações do terceiro setor, em parceria com o movimento indígena, têm atuado na defesa da valorização, implementação e respeito aos territórios etnoeducacionais.

As realidades vividas nas comunidades indígenas e tradicionais estão muito distantes do que se costuma entender como “comum” dentro de uma lógica ocidental e homogeneizante. As vivências amazônicas, por si só, já evidenciam a complexidade de estruturas sociais, culturais e cosmológicas que desafiam modelos educativos uniformes. Como aponta Baniwa (2006), é fundamental que a educação indígena esteja profundamente enraizada nas práticas territoriais e na autonomia dos povos, sendo construída a partir de seus próprios projetos de vida, valores e formas de organização.

Quando se impõe uma educação que não dialoga com o território, mas exige que o território se adapte a ela, perpetua-se uma forma de colonialismo pedagógico que nega saberes, práticas e modos próprios de existir. Lideranças como Gersem e André Baniwa, do povo Baniwa, afirmam que a educação indígena deve estar profundamente conectada aos territórios, saberes e modos de vida de cada povo, constituindo-se como ferramenta de autonomia e afirmação identitária.

Ao reconhecer esses referenciais, reafirma-se o direito à autodeterminação, à pluralidade de saberes e à justiça cognitiva. Os etnoterritórios, portanto, não apenas abrigam a escola: eles a fundamentam, a transformam e a mantêm viva.

#### 4. Educação para sustentabilidade

A educação para a sustentabilidade pode ser conceituada como uma prática pedagógica voltada às pautas de cuidado com o meio ambiente e o planeta Terra. Visa a informar, sensibilizar e formar uma rede de pessoas com consciência crítica e boas práticas ambientais. Consiste em pensar formas de criar um processo de ensino que amplifique o alcance das demandas ambientais e fortaleça a voz das comunidades mais atingidas pelo racismo ambiental e pela negligência que permeia a temática. Como expressa Milton Nascimento (1980) na canção *Coração de Estudante*, “há que se cuidar do broto, para que a vida nos dê flor, flor e fruto”, destacando a responsabilidade com as futuras gerações como essência da educação sustentável.

Tal prática contribui de forma significativa para a construção de um planeta melhor, com cidadãos mais conscientes e responsáveis pelo meio ambiente. A educação para a sustentabilidade não é apenas uma questão de preservação ambiental, mas também de transformação social. Como afirma Paulo Freire (1996), “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

#### 5. Biointeração

Biointeração é um convite para reconhecermos que a vida é feita de conexões. Somos parte de uma rede viva em que tudo está interligado, como uma grande teia de aranha: seres humanos, plantas, animais, microrganismos, rios, florestas e encantados. Não existe separação real entre o corpo e o território, entre a natureza e a cultura, entre o saber e o sentir.

Esse eixo nasce da urgência de reconstruirmos nossas relações com a vida a partir de uma ética do cuidado, da escuta e da reciprocidade. Em vez de tratar a natureza como objeto de exploração, colocamo-nos como parte dela. Isso implica uma mudança profunda na forma como pensamos o mundo, como nos educamos e como nos organizamos em sociedade.

Como nos alerta Ailton Krenak, “a ideia de humanidade desconectada da vida é uma abstração”. Essa desconexão, promovida pelo colonialismo e pelo capitalismo, está na raiz das crises climáticas, sanitárias e sociais que enfrentamos hoje. Por isso, biointeragir é também resistir. É afirmar outras formas de existir que valorizam o coletivo, o diverso e o interdependente.

Inspiradas pelo pensamento de Paulo Freire, compreendemos que essa transformação passa por uma educação libertadora, que reconhece os sujeitos como produtores de conhecimento e parte do mundo que desejam transformar. Freire nos ensina que “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes” — e é nesse encontro entre saberes populares, ancestrais, científicos e territoriais que a biointeração se fortalece.

Nêgo Bispo, pensador quilombola, convida-nos a sair da ideia de “educação” como colonização do pensamento, e propõe em seu lugar a “formação pelo território”, que respeita o tempo da natureza, os ciclos da vida e os modos de viver das comunidades. Isso também é biointeração: reconhecer que os saberes estão no chão, nas águas, nos corpos e nas histórias coletivas dos povos que resistem.

Portanto, biointeração se propõe a revalorizar os modos de vida que reconhecem e praticam o cuidado com a Terra como parte da própria vida, compreendendo que não há separação entre o bem viver e a preservação dos territórios. Busca promover o diálogo entre diferentes formas de saber e de sentir, rompendo com hierarquias de conhecimento e valorizando os saberes ancestrais, populares, científicos e territoriais em pé de igualdade. Também assume como compromisso a luta por justiça socioambiental, fortalecendo as vozes que emergem dos territórios historicamente silenciados, como os povos indígenas, quilombolas e comunidades ribeirinhas. E, por fim, propõe a construção de práticas educativas, políticas e culturais que sustentem a vida em comum, em toda a sua diversidade, reconhecendo que é na convivência, na escuta e na reciprocidade a novos caminhos para um futuro mais justo e coletivo.

## 6. Bem-viver

Bem Viver seria manter uma relação equilibrada com a natureza, entre o que recebemos da terra e o que devolvemos para ela. Seu Nêgo Bispo, intelectual quilombola e ativista, diz que a terra nos dá tudo se a tratarmos da forma correta e que, ultimamente, o que temos visto é que a terra tem nos devolvido aquilo que a sociedade tem oferecido a ela: descuido, produção e consumo descontrolados que afetam a biodiversidade. Já Krenak, intelectual indígena e também ativista, nos alerta para entendermos que nós não somos separados da natureza, já que até mesmo os elementos naturais fazem parte do nosso corpo; portanto, estamos conectados a ela.

Comunidades tradicionais e originárias são exemplos de relação equilibrada com a natureza. As interações dessas comunidades com seus territórios são caracterizadas como Bem Viver, pois conhecem e respeitam a terra e a natureza como seres vivos, a partir de ensinamentos ancestrais.

Bem Viver é abundância que a Terra proporciona como expressão mesmo da vida. A gente não precisa ficar buscando uma vantagem em relação a nada, porque a vida é tão próspera que é suficiente para nós todos (Krenak, 2020).

A expressão bem-viver carrega diversos sentidos, que se ampliam a partir das compreensões sociais, históricas e comunitárias de vivência, especialmente relacionadas aos processos interculturais que atravessam a vida humana e moldam nossos sentidos de existência. O ser humano, por natureza, é um ser intercultural: aprendemos, nos transformamos e estamos em constante relação com diferentes modos de vida, saberes e culturas.

Podemos afirmar que o bem viver é uma forma de existir que valoriza o afeto, a reciprocidade e o cuidado com o outro. Trata-se de um modo de vida que contempla não apenas o bem-estar individual, mas também o bem-estar coletivo, vinculado a um grupo, a um território e a uma comunidade.

Na perspectiva indígena, como destaca André Baniwa (2022), o bem viver está enraizado em práticas cotidianas que mantêm a harmonia entre os seres humanos, os elementos da natureza e os seres espirituais. Para o povo Baniwa, o bem-viver é mais do que uma filosofia de vida: é um compromisso ético e coletivo com a continuidade da vida em sua totalidade. Ele afirma que “não se pode viver bem se o outro não está bem”, enfatizando que a comunidade, o território e as relações ancestrais são dimensões inseparáveis dessa forma de existir.

Dessa forma, o bem viver nos convida a repensar nossos modos de vida e de convivência, reconhecendo que o cuidado com o outro, com o meio ambiente e com os saberes ancestrais é fundamental para a construção de uma vida verdadeiramente coletiva e sustentável

## 7. Corpos-territórios

Somos uma extensão de nosso território, cada identidade é formada a partir das interações com meu território, é onde criamos memória, vínculo, pertencimento. E mesmo que nos mudemos, o nosso corpo continua sendo uma extensão de onde viemos, conectadas à terra, às águas, às matas, aos animais, às culturas e aos ensinamentos.

Basta adentrar o contexto histórico-cultural brasileiro para perceber que as existências indígenas, quilombolas e negras sempre mantiveram suas identidades por meio de seus corpos, mesmo diante das violências impostas pela retirada de seus territórios. O colono não imaginava que toda a história, a espiritualidade e a ancestralidade desses povos estivessem inscritas e carregadas em seus corpos. Mesmo diante da tentativa de apagamento, os corpos continuaram a resistir.

O processo de se reconhecer e compreender nossos corpos como espaços políticos e de força nos leva à noção de corpo-território. Isso significa afirmar que, mesmo longe de nossas terras físicas, seguimos existindo enquanto território. O corpo, nesse sentido, é extensão da terra, é lugar de memória e de identidade. Ele guarda nossos saberes, nossas marcas e nossas lutas. Como aponta Naine Terena (2019), para os povos indígenas, o território não é apenas o chão que se pisa, mas também o corpo que carrega as memórias, os saberes e a espiritualidade. A luta por território, portanto, é também uma luta pelo corpo: por sua integridade, por sua liberdade e por sua continuidade. Assim, cada corpo indígena, negro e quilombola é um espaço de resistência ancestral que desafia a lógica colonial e afirma outras formas de estar no mundo.

Somos marcados por uma sociedade que insiste em fragmentar nossas existências, mas ao compreendermos o corpo como território, reafirmamos nossa ligação com o coletivo, com o sagrado e com a terra, mesmo quando tentam nos arrancar dela.

## 8. Determinação socioambiental

A gente cresce ouvindo que basta se esforçar que tudo vai dar certo. Mas quem mora numa rua sem saneamento básico, em que falta transporte, escola boa, segurança e comida, sabe que não é bem assim. O lugar onde a gente nasce e vive influencia — e muito — nossas oportunidades, nossa saúde, nossos sonhos e até a forma como a gente enxerga o futuro.

É isso que a determinação socioambiental nos convida a pensar: as condições em que vivemos são construídas historicamente por relações de poder. Essas condições sociais (como moradia, renda, trabalho, educação) e ambientais (como acesso à água, ar puro, terra e natureza viva) se entrelaçam e determinam o nosso cotidiano, nossas oportunidades e também nossos sonhos.

No Brasil, por exemplo, a juventude das periferias urbanas enfrenta a ausência do Estado em questões básicas: ruas sem iluminação, escolas sucateadas, transporte precário, áreas com esgoto a céu aberto e lixo acumulado. Isso gera insegurança, doenças e exclusão. Mas, se os nossos problemas têm causas coletivas, as soluções também podem ser coletivas. Quando a juventude ocupa a escola para lutar por educação, planta hortas comunitárias, desenvolve ações de prevenção e combate ao mosquito da dengue, junta-se em mutirão para limpar o bairro, levanta a voz nas redes e nas ruas, está praticando sustentabilidade na vida real. Está dizendo: “nossos territórios importam, nossas vidas importam!”.

A determinação socioambiental nos ensina que os problemas ambientais são também sociais, e que enfrentar essas questões exige olhar para quem são as pessoas mais impactadas — geralmente, os mesmos grupos historicamente excluídos: juventudes negras, indígenas, quilombolas, periféricas, LGBTQIAPN+, ribeirinhas e mulheres.

Por isso, construir um futuro sustentável e justo passa pela luta por territórios livres, pela valorização dos saberes ancestrais, pela agroecologia, pelo enfrentamento ao racismo ambiental e pela participação das juventudes nas decisões sobre o presente e o futuro do país. Como diz Krenak, precisamos “adiar o fim do mundo”, criando outras formas de existência, baseadas no cuidado, na coletividade e na conexão com a Terra.

## 9. Decolonialidade

Decolonizar é mais do que romper com estruturas formais de colonização; trata-se de um processo contínuo de desmantelamento das formas de dominação simbólica, epistêmica, política e econômica herdadas da colonização e mantidas pela colonialidade. A partir da crítica proposta pelos estudos decoloniais latino-americanos, o termo “decolonizar” emerge como uma ferramenta de resistência e reconstrução de sentidos, saberes e práticas invisibilizadas pelo projeto moderno-colonial.

O colonialismo, enquanto marco histórico da expansão capitalista ocidental, consolidou-se com as navegações e a conquista das Américas pelos povos ibéricos. Esse processo estabeleceu uma relação hierárquica entre colonizadores e colonizados, baseada na dominação territorial, econômica, cultural e religiosa (Assis, 2014). A partir disso, instaurou-se um modelo de colonização fundado na negação dos saberes e modos de vida dos povos nativos, considerados inferiores segundo o padrão europeu (Dussel, 2000).

Contudo, o fim do colonialismo formal não significou o desaparecimento das estruturas de dominação. Quijano (2005) introduz o conceito de colonialidade do poder para descrever a persistência dessas hierarquias no mundo contemporâneo. A colonialidade, como aponta Ballestrin (2013), é “o lado obscuro e necessário da modernidade” uma matriz de poder que articula raça, saber e ser para manter a lógica eurocêntrica dominante.

Nesse sentido, a colonialidade do saber refere-se à imposição de um modelo epistemológico ocidental, hegemônico e universalizante, que nega e silencia os conhecimentos locais, ancestrais e comunitários dos povos marginalizados (Lander, 2005). Já a colonialidade do ser, segundo Maldonado-Torres (2017), manifesta-se na desumanização dos corpos subalternizados, cuja existência é negada em função de sua diferença racial, cultural ou de gênero.

Assim, decolonizar significa confrontar essas formas de opressão e epistemicídio, resgatando e valorizando os saberes, práticas e ontologias suprimidas. Para autores como Nêgo Bispo, a decolonialidade deve partir da escuta dos povos que resistem há séculos, especialmente os povos indígenas e africanos, propondo uma inversão das lógicas modernas: “Decolonizar não é inverter a colonização, é desobedecer ao processo civilizatório que impôs um único modo de ser e saber” (Bispo, 2021).

A decolonialidade propõe, portanto, a emergência de múltiplas racionalidades e formas de existência, a partir de um projeto de libertação epistemológica, cultural, política e econômica (Walsh, 2009; Mignolo, 2010). Ela convoca uma reorientação ética e política que reposicione os sujeitos historicamente silenciados no centro das práticas sociais e das produções de conhecimento.

Em suma, decolonizar é desnaturalizar a modernidade como destino e a Europa como origem de toda racionalidade. É devolver a dignidade ontológica, epistêmica e política aos sujeitos subalternizados, criando mundos outros possíveis a partir das experiências de quem sempre viveu à margem do projeto moderno-colonial-capitalista (Dussel, 2000; Quijano, 2005; Ballestrin, 2013).

## 10. Feminismo

### E POR FALAR EM FEMINISMO...

Falar sobre feminismo é falar sobre luta, território, identidade e resistência. Ainda que, muitas vezes, seja reduzido a um discurso único, o feminismo é, na verdade, um conjunto plural de movimentos políticos que, ao longo da história, buscam reconhecer que a luta por igualdade de gênero atravessa todas as esferas da vida, inclusive a forma como nos relacionamos com o território, com a natureza e com as políticas públicas que regulam o acesso a bens comuns. Os feminismos, em suas múltiplas manifestações, denunciam como as desigualdades de gênero estão intrinsecamente relacionadas ao racismo, ao classismo e a LGBTQIAPN+fobia.

O feminismo vai além da reivindicação por igualdade de gênero, questionando as estruturas de poder, responsáveis por produzir disparidade econômica, política, social e cultural, utilizando-se da violência como sua principal aliada. Grandes nomes como Lélia Gonzalez reforçam que a interseccionalidade entre gênero e raça diferenciam as lutas. Em seu livro “Por um feminismo afro-latino-

americano” (2020), Gonzalez relata que a experiência das mulheres negras no Brasil é marcada por um processo histórico de escravização e colonialidade, portanto, não há como pensar em luta feminista sem compreender os impactos que o racismo estrutural tem na vida dessas mulheres.

Nesse sentido, o feminismo negro possui sua diferença específica em face do ocidental: a solidariedade, fundada numa experiência histórica comum. (...) Destacando a ênfase colocada na dimensão racial (quando se trata da percepção e compreensão da situação das mulheres no continente), tentarei mostrar que, dentro do movimento de mulheres, as negras e indígenas são o testemunho vivo dessa exclusão. (Gonzalez, página 103-139).

Do mesmo modo, a militante feminista e escritora indígena boliviana, Julieta Paredes Carvajal, destaca a necessidade de descolonizar as lutas feministas, pensando no saber coletivo e ancestral. Essa perspectiva torna-se imprescindível ao entender que as mulheres, especialmente as indígenas, ribeirinhas, negras e periféricas, são fundamentais na construção de práticas de resistência e cuidado com a terra. Entretanto, são elas as primeiras a sofrer com os impactos das crises ambientais, dos desastres climáticos e da violação de direitos básicos.

Nesse sentido, a justiça ambiental não pode ser separada das lutas feministas, visto que lutar por territórios sustentáveis é também garantir que todas as mulheres tenham voz dentro da sociedade. Para a juventude, especialmente aquela que vive e transforma entre escolas e territórios, o feminismo oferece ferramentas para pensar práticas de cuidado coletivo, resistência e ressignificação.

# EIXO 4 - SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Saúde não é apenas a ausência de doença, mas sim o bem-estar físico, mental, emocional e social. Para as juventudes brasileiras, essa compreensão exige um olhar atento às desigualdades que atravessam raça, gênero, território e classe social, impactando diretamente no acesso a direitos. Jovens negros, periféricos, indígenas, LGBTQIAPN+ e com deficiência enfrentam barreiras cotidianas para acessar uma saúde de qualidade. Nesse cenário, as políticas públicas ganham um papel fundamental: garantir o acesso à informação, promover o cuidado integral e criar espaços de escuta e participação. Programas como o Saúde na Escola (PSE) mostram que é possível construir pontes entre educação, saúde e cidadania. Este texto convida a repensar o que significa cuidar da saúde das juventudes, reconhecendo a importância do diálogo, da inclusão e do protagonismo jovem na construção de políticas públicas mais justas e transformadoras, porque garantir saúde é também garantir voz, direitos e dignidade.

O Sistema Único de Saúde, SUS, é responsável por oferecer a todos os brasileiros todos os cuidados necessários voltados à saúde, sem custo. Graças ao SUS, hoje milhões de brasileiros podem ter acesso digno à saúde no seu cotidiano, entretanto, em meio a toda a população, precisamos compreender as especificidades que existem e não podem ser ignoradas. Dentre esses milhares de brasileiros, voltar-se para a juventude é voltar-se para o que está por vir.

A conscientização dos jovens é um ponto-chave para que o sistema continue a crescer e a se fortalecer, tendo em vista que nos dias de hoje, a juventude também é uma grande responsável pela comunicação nacional, através de mídias e redes sociais. Politizar os jovens a respeito dos seus direitos é construir um Brasil cada vez mais acessível, é construir uma saúde digna, capacitando futuros profissionais e levando a informação adiante.

Com isso, é necessário que cada uma dessas pessoas tenham ciência de como funciona toda a sistematização do SUS, fortalecendo uma metodologia dinâmica que ensine e eduque o jovem a respeito da temática abordada, trabalhando internamente em seu cotidiano. O Programa Saúde na Escola (PSE) é um dos exemplos estruturados deste trabalho, o qual auxilia e desempenha a juventude dentro das escolas e dos diversos âmbitos que promovem saúde. Construir políticas públicas que desempenhem e fortifiquem o trabalho e a função do acesso à saúde no dia a dia contribui diretamente na dignidade da juventude. O Sistema Único de Saúde é uma das maiores conquistas da população brasileira e representa um marco na garantia de direitos. Para a juventude, o SUS não é apenas um serviço: é um território de cuidado, de escuta e também de luta.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças”, mas o que isso significa na prática?

A saúde é atravessada por diversos marcadores sociais que se interseccionam, como questões de gênero, raça, classe social, idade e território. Esses fatores, por sua vez, podem impactar diretamente no acesso a uma saúde de qualidade, por exemplo: a juventude negra e periférica pode enfrentar mais dificuldades para acessar os serviços de saúde, assim como adolescentes LGBTQIAPN+ muitas vezes não encontram acolhimento dentro desses serviços. Ou seja, a saúde está diretamente ligada às condições de vida e aos direitos garantidos, ou negados, a diferentes grupos sociais.

Quando falamos em juventude, é fundamental reconhecer que saúde não se resume ao corpo físico. O sofrimento psíquico, por exemplo, tem crescido entre adolescentes e jovens, muitas vezes relacionado a violências, pressões sociais, insegurança alimentar, racismo, LGBTQIAPN+fobia e exclusão escolar. Portanto, a saúde mental deve ser abordada com responsabilidade e ética, compreendendo a singularidade e as demandas de cada jovem. Da mesma forma, a saúde sexual e reprodutiva exige a construção de espaços seguros e livres de julgamentos, em que os jovens se sintam confortáveis para tirar dúvidas e acessar informações.

A ausência de diálogo sobre esses temas gera desinformação e distanciamento entre as juventudes para com as políticas públicas que existem justamente para protegê-las. Promover saúde também significa garantir espaços de diálogo, informação e cuidado, algo que o projeto Fortalece PSE busca fazer entre escolas, rede de atenção à saúde e territórios.

A saúde é um direito humano fundamental e só pode ser garantida com acesso para todos e informação de qualidade. Em uma democracia, é dever do Estado garantir que toda a população conheça seus direitos e tenha acesso aos serviços de saúde. Isso é uma forma de justiça social e combate às desigualdades.

A Constituição de 1988 diz que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. Isso significa que o governo deve criar políticas que cuidem da saúde das pessoas, com ações de prevenção, promoção e tratamento. Também é obrigação do Estado garantir que as informações sobre saúde sejam claras e cheguem a todos os lugares.

A informação em saúde é uma ferramenta de poder e educação. Paulo Freire dizia que entender o mundo é o primeiro passo para transformá-lo. Quando as pessoas têm acesso a informações claras e respeitadas com sua cultura, elas entendem melhor sua realidade, fazem escolhas conscientes e lutam por seus direitos.

A juventude das periferias é um dos grupos mais afetados pela falta de informação e pela exclusão dos serviços públicos. Pesquisadoras como Enid Silva e Valéria Rezende mostram que muitos jovens não usam os serviços de saúde porque não se veem como sujeitos de direito e não têm apoio que os ajude a acessar essas políticas.

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política pública importante porque une saúde e educação. Ele leva informação para os jovens, trabalha a prevenção e ajuda a formar cidadãos mais conscientes.

O filósofo Michel Foucault ensinou que o poder está nos discursos — quem controla a informação, controla as pessoas. Por isso, garantir o acesso à informação é uma forma de resistência e liberdade.

Ter acesso à saúde e à informação é essencial para viver com dignidade. Para que as políticas públicas sejam realmente democráticas, elas precisam ouvir as pessoas, dialogar com os territórios e promover o conhecimento. Construir uma saúde pública mais justa depende da superação da desigualdade informacional e do fortalecimento da cidadania.

A saúde é um direito garantido pelas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), que promove a universalidade, a integralidade e a equidade. No contexto das políticas públicas, a educação em saúde é essencial para prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida da população. Por meio de programas como o Saúde na Escola (PSE), informações sobre nutrição, saúde mental, sexualidade e prevenção de doenças são levadas para as escolas, impactando especialmente adolescentes e jovens.

Educação em saúde é muito mais do que ensinar sobre doenças: é ajudar as pessoas a entenderem como cuidar melhor de si mesmas e da comunidade. No Brasil, programas como o Saúde na Escola (PSE) fazem essa ponte entre saúde e educação, levando temas como alimentação saudável, saúde mental e prevenção de doenças para dentro das escolas. Isso é muito importante, porque é na escola que muitos jovens começam a criar hábitos que vão levar para a vida inteira.

Já o protagonismo juvenil entra como aquele empurrão para os jovens se envolverem de verdade. Não é só ouvir, mas participar, dar ideias, trazer soluções e fazer a diferença na comunidade. Quando os jovens se tornam protagonistas, eles não só aprendem mais, mas também ensinam muito — tanto para outros jovens quanto para os adultos.

Claro, ainda há desafios, como levar essas ações para todas as regiões do país e garantir que os jovens tenham espaço para participar de forma ativa. Mas, com mais incentivo e diálogo, a educação em saúde e o protagonismo juvenil podem transformar vidas e construir uma sociedade mais saudável.

A saúde na escola precisa ser abordada com cuidado e responsabilidade, reconhecendo sempre que o bem-estar físico, mental, emocional e social dos estudantes está diretamente ligado ao processo educativo. O ambiente escolar é um espaço fundamental para compreender a realidade das diferentes juventudes, pois é nele que construímos vínculos e acessamos informações. Garantir saúde para as juventudes vai muito além do cuidado com o corpo — envolve acesso à informação, respeito às diversidades, promoção do bem-estar mental, sexual e coletivo, além da participação ativa dos jovens nas decisões. Só com diálogo, educação em saúde e políticas públicas inclusivas é possível construir uma sociedade mais justa, consciente e saudável.

## 1. Saúde

“Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença/enfermidade” conceito preconizado em 1948 pela Organização Mundial da Saúde (OMS)(Who, 1948).

Entretanto, na conjuntura atual, compreende-se a saúde de forma multidimensional, haja vista sua complexidade e volatilidade. Desse modo, esse fenômeno é vivenciado de forma única, subjetiva por cada ser humano (Souto, 2019).

Para Scliar (2007, p. 37), são inerentes à biologia humana, como: a herança genética e o envelhecimento; além do estilo de vida, a exemplo: a região geográfica onde se vive, acesso a alimentação saudável, saneamento básico, moradia, água potável, qualidade do ar, trabalho, cultura, crenças e valores. Bem como a assistência à saúde, que está relacionada aos serviços médicos, ao acesso a hospitais e medicamentos. Além desses fatores, a economia e a política têm grande impacto na saúde de um indivíduo e de grupos minoritários, bem como o contexto histórico, concepções científicas e religiosas.

A história da saúde do Brasil caminha com transformações auspiciosas para aproximar desse ideal. Nesse sentido, seu caminho é marcado com diversas reorganizações institucionais e administrativas, como também, limitações científicas, tecnológicas, industriais e assistenciais. De 1964-1985, a Nação atravessou um período sombrio “a ditadura militar”, a saúde não era um direito, seu acesso foi limitado a instituições privadas, ou seja, apenas quem pagava tinha acesso ou por meio da carteira assinada – nesse hiato, o restante da população ficou desassistida ou recorria a atendimentos em instituições filantrópicas. A falta de direitos culminou na degradação da vida, recrudescimento de doenças transmissíveis, acentuou a miséria, desnutrição e a mortalidade infantil (Ponte; Nascimento, 2010).

A grande mazela fez com que a sociedade se organizasse e lutasse. No início da década de 1970, originou-se o movimento da Reforma Sanitária, com grande participação popular, que resultou na VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, contexto em que ficaram claros os desmandos na saúde e um clamor por garantia de direitos. Em 1988, houve a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, trazendo em seu artigo 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado”, bem como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), para a promoção, proteção e recuperação da saúde, em 1990, sendo o único do mundo a oferecer para sua população cobertura gratuita. Desse modo, a participação e o controle social, exercidos diariamente, tornam-se fundamentais para a manutenção desse direito (Brasil, 2017).

Atualmente, segundo Souto (2019, p.24), “Ainda que se tenha avançado na institucionalização de espaços participativos no campo da saúde, persistem desafios estruturais que limitam o acesso e a influência efetiva da população nos processos decisórios.” Isso resulta em uma participação desigual e seletiva, perpetuando estruturas excludentes e reforçando a lógica de marginalização social, e limita, por sua vez, os avanços reais na equidade social, e em um “completo bem-estar”. Ao passo que é fundamental promover, desde a escola, uma formação crítica e engajada que estimule a participação política e social dos jovens, levando em consideração as especificidades de cada cenário.

## 2. Trajetórias das políticas de saúde para grupos específicos

A atenção integral direcionada a grupos específicos foi responsabilidade da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP). Ela teve o fito de fortalecer a gestão e o controle social do SUS (Conselhos e Conferências de Saúde) e políticas voltadas para a saúde da população LGBT, população negra, saúde das populações do campo, da floresta e das águas, saúde da população em situação de rua e povos ciganos, contribuindo, assim, para a promoção de equidade, do acesso e da qualidade do cuidado prestado, fortalecendo a democracia participativa do Ministério da Saúde nesse cenário (Siqueira; Hollanda & Mota, 2017; Brasil, 2013; Souto, 2019).

Brasil (2013), exprime:

- ✓ Povos Indígenas: Criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e implementação de Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), respeitando a interculturalidade e as especificidades desses povos.
- ✓ População Negra: Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que reconhece o racismo como determinante social da saúde e busca promover equidade no acesso aos serviços.
- ✓ Saúde da População Cigana: Reduzir as desigualdades, fornecer acesso a serviços de saúde, respeitar a diversidade cultural.
- ✓ População LGBTQIA+: Desenvolvimento de políticas para garantir o acesso à saúde sem discriminação, priorizando a redução das desigualdades por orientação sexual e identidade de gênero, assim como o combate à homofobia, incluindo atenção específica às necessidades dessa população.
- ✓ Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas: Destacam-se os camponeses, os agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados, quilombolas, ribeirinhos. Acesso aos serviços de saúde, melhorar indicadores e qualidade de vida.
- ✓ População em Situação de Rua: Programa Consultório na Rua, que leva serviços de saúde até as pessoas em situação de rua, promovendo atenção integral.

## 3. Políticas Públicas

*“A política é como a música. Se você não entender a melodia, vai se perder no ritmo.” - Criolo, Não Existe Amor em SP*

A música de Criolo ilustra que a política, assim como a música, tem seu próprio ritmo e exige uma compreensão para que as ações individuais e coletivas façam sentido. As políticas públicas são o conjunto de ações do governo que buscam resolver problemas sociais de forma estruturada e, se não forem bem compreendidas e articuladas, podem perder a eficácia. A juventude precisa entender a melodia da política pública para participar efetivamente da construção das soluções.

As políticas públicas são as estratégias que o governo utiliza para resolver problemas de toda a sociedade. Elas devem ser efetivas, acessíveis e inclusivas, abrangendo áreas como educação, saúde, segurança, transporte e cultura. As políticas públicas são instrumentos essenciais para garantir os direitos dos cidadãos e transformar realidades.

### Por que isso importa para a juventude?

Entender como as políticas públicas funcionam é vital para que a juventude possa cobrar os direitos e a implementação de soluções necessárias para melhorar as condições de vida nas periferias e nas comunidades. O acesso a essas políticas é fundamental para o empoderamento da juventude.

### Como pode ser trabalhado no PSE?

- ✓ Discussões sobre as políticas públicas que afetam a juventude, como educação, saúde mental e cultural;
- ✓ Estudo de casos sobre políticas públicas que tiveram sucesso em comunidades jovens, mostrando como a participação ativa pode transformar a realidade;
- ✓ Organização de Feira de Ciências, Jogos e Rodas de Conversas sobre as políticas públicas.

## 4. Retrocessos e impactos políticos entre 2003 e 2019

O período entre 2003 e 2019 foi marcado por profundas transformações sociais e políticas no Brasil. Nesse intervalo, o país passou por um ciclo de expansão de direitos sociais, seguido por uma fase de estagnação, crise institucional e retrocessos democráticos. A juventude brasileira, especialmente a estudantil, foi simultaneamente beneficiária e vítima desse processo, ocupando posição central nas mobilizações, nas resistências e nos impactos dessas mudanças.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), o Brasil vivenciou uma significativa redução da pobreza e um aumento do acesso a direitos sociais. Políticas como o Programa Bolsa Família, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa Ciência sem Fronteiras (2011), o FIES reformulado, a expansão do ensino técnico e superior, e as cotas raciais e sociais nas universidades federais contribuíram para ampliar o acesso de jovens das classes populares à educação e à mobilidade social.

Segundo dados do IBGE, cerca de 36 milhões de brasileiros saíram da pobreza nesse período. A valorização do salário mínimo, os investimentos em programas de habitação, como o Minha Casa Minha Vida, e a criação de oportunidades de emprego formal também impactaram positivamente a juventude.

Entretanto, a partir das manifestações de junho de 2013, iniciou-se um ciclo de desestabilização política e de ascensão de discursos conservadores, moralistas e antipolíticos, que seriam potencializados nos anos seguintes.

O segundo mandato de Dilma Rousseff foi marcado por instabilidade econômica, queda da arrecadação e acirramento da polarização política. O processo de impeachment, efetivado em 2016, sem comprovação de crime de responsabilidade, foi interpretado por vários autores como uma ruptura institucional.

Esse processo marcou o início de uma ofensiva contra os direitos sociais conquistados nas décadas anteriores e uma reconfiguração do papel do Estado na garantia de bem-estar social. A juventude, nesse contexto, passou de beneficiária das políticas sociais a alvo das novas medidas de austeridade.

Com a ascensão de Michel Temer à presidência, consolidou-se uma agenda de ajuste fiscal e neoliberalismo radical. A aprovação da PEC do Teto de Gastos, que congelou os investimentos em educação e saúde por 20 anos, representou um dos maiores retrocessos no financiamento das políticas públicas. A reforma trabalhista de 2017, por sua vez, precarizou as relações de trabalho, afetando diretamente os jovens em início de carreira.

Paralelamente, programas como o Pronatec foram esvaziados, e os mecanismos de participação juvenil, como o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), perderam força política. As manifestações estudantis de ocupação de escolas, entre 2015 e 2016, emergiram como resposta juvenil organizada aos ataques à educação pública e à reforma do ensino médio.

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, consolidou uma guinada autoritária no país. Com forte discurso antipolítico, anti-intelectual e contra os direitos humanos, seu governo promoveu ataques diretos à educação pública, à ciência e à organização da sociedade civil. O contingenciamento de verbas para universidades federais, o desmonte de instituições como CAPES e CNPq, e a extinção de conselhos de participação popular simbolizaram esse retrocesso.

A juventude passou a ser alvo frequente de discursos estigmatizantes. O movimento estudantil, no entanto, resistiu. Ocupações, protestos e articulações nacionais demonstraram a permanência do protagonismo juvenil como força de resistência e defesa da democracia.

O período entre 2003 e 2019 representa, portanto, uma trajetória pendular entre avanços sociais e retrocessos políticos. A juventude foi protagonista tanto das conquistas quanto das resistências, reafirmando-se como ator essencial na história social do Brasil. A análise crítica desse período permite compreender os desafios atuais e projetar caminhos para uma educação mais justa, democrática e participativa.

Os retrocessos causados pelas políticas de austeridade dos últimos anos afetou a saúde, a educação e, de forma indireta, a juventude, pondo em risco todo um futuro. A resposta para isso é investir em educação, saúde e protagonismo! “Podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a chegada da primavera!”

## 5. Movimentos sociais

Os Movimentos Sociais são formados por grupos de pessoas que buscam enfrentar e resistir as opressões e violências que vivenciam, como: racismo,

machismos, LGBTQIA+fobia, conflitos de terras, falta de demarcação e titulação de territórios tradicionais e originários, melhores condições de saúde, educação, segurança entre outras questões sociais que podem ser pautas de lutas.

Historicamente, muitas conquistas de direitos no Brasil são frutos de grandes lutas dos Movimentos Sociais que se mobilizam para cobrar o governo municipal, estadual e federal para resolver ou minimizar problemas diversos que estão impedindo a garantia de direitos da população.

Os Movimentos Sociais possuem encontros internos de mobilização e engajamento de mais pessoas, suas ações acontecem em forma de protestos de rua, abaixo-assinados, fóruns, congressos, ocupações, marchas, audiências públicas, criação de projetos de leis, participação em Conselhos.

### Exemplos de Movimentos Sociais:

- ✓ Movimento Estudantil: contexto em que se organizam os estudantes do ensino médio, universitários e pós-graduandos em busca de acessar educação de qualidade, permanência e assistência estudantil.
- ✓ Movimento Negro: contexto em que se organizam pessoas pretas e pardas (negras) que buscam reparação e justiça social aos danos causados pelo período escravocrata e a manutenção de opressões.
- ✓ Movimento Feminista: movimento em que se organizam diferentes mulheres para combater diversas formas de opressão e violências de gênero.
- ✓ Movimento Indígena: articulação em que se organizam os povos indígenas em suas diversas etnias em busca da efetiva garantia de direitos envolvendo seus corpos-territórios indígenas.
- ✓ Movimento LGBTQIAPN+: aspecto em que se organizam pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e não binárias que se movimentam em defesa de diversas pautas que atravessam historicamente os membros da comunidade.
- ✓ Movimento Sindical: formado por sindicatos que são instituições que representam diferentes trabalhadores: professores e bancários.
- ✓ Movimento Ambientalista: formado por diferentes grupos que defendem causas socioambientais e climáticas, como preservação de biomas, de sua fauna e de sua flora.

#### Você sabia?



As Organizações da Sociedade Civil compreendem movimentos sociais, associações e Organizações Não Governamentais (ONG). Elas exercem papel fundamental na fiscalização do poder público, cobrando a efetivação de políticas públicas e o cumprimento das leis. Além disso, atuam como canais de mobilização e articulação popular em defesa dos direitos coletivos.

# EIXO 5 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Você já pensou em ter a possibilidade de se expressar como quiser, lutando por seus anseios e buscando aquilo que é fundamental para uma vida digna — como acesso à educação, saúde, lazer, cultura e tantos outros direitos básicos?

Pense em um mundo onde todos possam viver em harmonia, com seus direitos garantidos e participando ativamente das decisões que envolvem essas garantias, denunciando o que precisa melhorar e contribuindo com o que for necessário para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Tudo isso remete à garantia dos direitos humanos e ao exercício da cidadania, tema que este caderno apresenta de forma criativa, conectando-o também à saúde e à educação. Para você, como buscar os direitos humanos e exercer a cidadania por meio dessa junção tão importante?

A resposta está neste material didático, pensado para contribuir com sua formação cidadã.

Este caderno chega como um espaço de troca e reflexão sobre temas que estão presentes no nosso dia a dia, mesmo quando a gente não percebe. Falar de Direitos Humanos e Cidadania é falar sobre respeito, liberdade, participação, igualdade, cuidado e pertencimento.

É entender que todos temos direitos, mas também responsabilidades. Que ninguém vive sozinho e que a forma como a gente se relaciona na escola, em casa, na rua, na comunidade constrói o tipo de sociedade em que queremos viver.

Aqui, a proposta é simples: abrir o olhar, escutar o outro, reconhecer as diferenças e agir com consciência. Porque ser cidadão ou cidadã é mais do que ter um documento — é saber que a gente tem voz, tem vez e pode fazer a diferença. Vamos juntos?

## 1. Direitos Humanos

A discussão sobre direitos humanos é essencial para fortalecer a cidadania e garantir a dignidade de todos, todas e todes. Os direitos humanos são universais, inalienáveis, indivisíveis e interdependentes — ou seja, valem para todas as pessoas, não podem ser retirados nem renunciados, têm o mesmo grau de importância e se complementam entre si. Ao conhecer seus direitos, os jovens tornam-se mais conscientes, autônomos e preparados para reivindicar sua participação na sociedade.

## Conceitos fundamentais sobre Direitos Humanos:

**A. Direitos Humanos** – “Referem-se à proteção e à promoção da dignidade de todas as pessoas. Neles, estão incluídos, além do próprio direito à vida, os direitos civis, direitos políticos, direitos sociais, direitos econômicos e os direitos culturais. São inalienáveis, ou seja, não podem ser retirados por outros, nem podem ser cedidos voluntariamente por nenhuma pessoa. São indivisíveis, o que significa que um direito não é mais importante que o outro, precisamos respeitar todos os direitos. E também são interdependentes, porque um direito complementa o outro. É importante ressaltar que, por se tratar de uma construção social histórica e cultural, os direitos humanos vão mudando ao longo do tempo para se adaptar às especificidades de cada momento”.

**B. Declaração Universal dos Direitos Humanos** – “O documento nasce a partir de um esforço das nações em promover a paz, a liberdade e a justiça no mundo, garantindo o respeito aos direitos humanos de forma universal. Sendo o documento mais traduzido do mundo, a Declaração inspirou as legislações de muitos países sobre o tema”.

**C. Política Nacional dos Direitos Humanos (PNDH)** – Política do Brasil que traça as diretrizes para as políticas públicas na área dos direitos humanos. “Diferentes estruturas institucionais foram criadas, ao longo dos anos, para garantir a implementação dessa política. Atualmente, o Brasil possui um Ministério dos Direitos Humanos. Além disso, a Câmara de Deputados conta com uma Comissão de Direitos Humanos e Minorias, responsável por investigar denúncias de violações de direitos humanos, além de discutir propostas legislativas na área e monitorar as ações governamentais”.

### Tipos de Direitos Humanos:

- ✓ **Direitos civis:** “como a liberdade de expressão, a igualdade, a segurança e o direito de ir e vir”.
- ✓ **Direitos políticos:** “como o direito de votar e/ou ser votado e de participar das decisões públicas”.
- ✓ **Direitos sociais:** “como saúde, educação, moradia e alimentação”.
- ✓ **Direitos econômicos:** “aqueles relacionados a circulação de bens numa sociedade, como o trabalho decente, o direito à propriedade”.
- ✓ **Direitos culturais:** “como acesso à cultura, identidade cultural e a memória histórica”.

Esses direitos são destacados para que toda pessoa — desde a adolescência — compreenda sua existência e alcance. A consciência desses direitos é o primeiro passo para o exercício pleno da cidadania. Isso fortalece a ideia de que os jovens têm sim total autonomia e devem ocupar os espaços de decisão com dignidade e respeito.

O conhecimento dos direitos humanos permite que os jovens reconheçam seu valor e se posicionem frente às desigualdades e injustiças. Quando a juventude é respeitada e tem seus direitos garantidos, ela se fortalece como agente de transformação. Isso está diretamente ligado ao protagonismo juvenil e ao direito de ocupar os espaços sociais, políticos e institucionais.

### Como isso pode ser trabalhado no PSE?

- ✓ Oficinas sobre os diferentes tipos de direitos humanos e sua aplicação no cotidiano
- ✓ Roda de conversa sobre dignidade, respeito e equidade nas escolas
- ✓ Campanhas escolares para promover os direitos humanos e combater preconceitos
- ✓ Criação de murais, podcasts ou vídeos temáticos feitos pelos estudantes
- ✓ Estímulo ao protagonismo juvenil como prática real dos direitos humanos
- ✓ Identificar e debater os Direitos Humanos nas temáticas do PSE

Esses conceitos são essenciais porque interligam noções necessárias para que a juventude reconheça seus papéis sociais. Por exemplo, ao se reconhecerem como novos protagonistas midiáticos e culturais, os jovens compreendem que podem construir e divulgar suas próprias narrativas, atuando como agentes de transformação. Essa prática fortalece o empoderamento e estimula a participação cidadã, promovendo debates e estratégias para o enfrentamento das desigualdades. Essa reflexão dialoga diretamente com as ações do Fortalece Programa Saúde na Escola (PSE), que incentiva a mobilização do protagonismo juvenil.

## 2. Política Nacional dos Direitos Humanos (PNDH)

*“Toda vez que uma pessoa é discriminada, toda sociedade perde.”*

*Marielle Franco*

A frase de Marielle é um grito de alerta sobre a importância de defender os direitos humanos de todos, pois a violação de um é a violação de todos. Ela coloca a defesa dos direitos humanos como fundamental para a manutenção da dignidade e da justiça na sociedade. O PNDH reflete essa luta, sendo uma política de proteção e promoção dos direitos fundamentais para todos os cidadãos, com ênfase nos mais vulneráveis.

A Política Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) é uma estratégia para assegurar que direitos como educação, saúde, segurança e cidadania sejam garantidos de forma igualitária para todas as pessoas, sem distinção. Ela busca a redução das desigualdades sociais, defendendo a inclusão e respeito à diversidade.

Os direitos humanos são a base para uma vida digna, e a juventude, especialmente as mais marginalizadas, precisa ser protegida e empoderada. A garantia dos direitos humanos é essencial para o desenvolvimento e a autonomia dos jovens.

Projetos de conscientização sobre direitos humanos, focando nas violências sofridas pela juventude (racismo, homofobia, misoginia etc.).

Discussões sobre o papel da política pública para garantir a cidadania plena, com ênfase na inclusão de jovens nas políticas públicas.

### 3. Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento internacional adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Sua criação foi motivada pela necessidade de estabelecer um marco ético e jurídico comum entre as nações, garantindo a dignidade humana e prevenindo as atrocidades cometidas nos conflitos mundiais e regimes totalitários do século XX. Aprovada por 48 países (com 8 abstenções e nenhum voto contrário), a Declaração afirma um conjunto de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais considerados universais e inalienáveis. Já em seu primeiro artigo, a DUDH estabelece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (Art. 1º), reafirmando o princípio de igualdade como base fundamental da convivência humana.

Composta por 30 artigos, a DUDH estabelece princípios essenciais como o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à educação, ao trabalho digno, à liberdade de expressão e à igualdade perante a lei. O Artigo 26, por exemplo, declara que “toda pessoa tem direito à educação” e que esta deve “visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”. Embora a Declaração não tenha caráter juridicamente vinculante, ela serviu de base para a elaboração de tratados internacionais e constituições nacionais, além de influenciar diretamente políticas públicas e legislações voltadas à promoção da dignidade humana.

Apesar de sua importância histórica e simbólica, a plena realização dos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos ainda é um desafio em muitas partes do mundo, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, violações de direitos e exclusão. Nesse cenário, a participação da juventude se torna essencial. Quando jovens se organizam — nos grêmios, nos movimentos sociais, nas redes de solidariedade e nos espaços institucionais —, eles ajudam a transformar os direitos proclamados em direitos efetivos. Como afirma o Artigo 21, parágrafo 1º, “toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos”.

Participar é também uma forma de garantir que os direitos humanos sejam uma realidade no presente e um compromisso com o futuro. A Declaração não deve ser vista apenas como um documento distante, mas como uma referência viva que pode e deve ser apropriada pela juventude como ferramenta de reivindicação, mobilização e construção de políticas públicas.

#### 4. Direitos

Direitos são ferramentas que asseguram dignidade e possibilitam que os jovens construam seu futuro com autonomia. Por exemplo, quando o jovem de periferia sonha em continuar os estudos ou conseguir um bom emprego, ele está reivindicando muito mais do que metas pessoais: está reafirmando o direito à mobilidade social, à esperança, e à transformação da sua própria história.

Os direitos dos jovens, especialmente os relacionados à educação e ao trabalho, são fundamentais para sua inclusão social e desenvolvimento. O estudo “A Representação Social do Estudo e do Trabalho na Vida Cotidiana de Jovens de Classes Populares”, de Silva & Rezende (2021) analisa como o sonho de continuar estudando representa uma esperança de mobilidade social para jovens de baixa renda.

#### 5. Direitos Civis

Os direitos civis são aqueles que garantem que todas as pessoas sejam reconhecidas e respeitadas em sua existência. No caso das pessoas com deficiência, é fundamental que a sociedade vá além da ideia de “corrigir” e passe a valorizar a diversidade como parte natural da vida. Isso implica garantir práticas realmente inclusivas, em que esses sujeitos não sejam apenas tolerados, mas plenamente considerados em suas singularidades.

Os direitos civis das pessoas com deficiência são abordados na obra Biopolítica, Deficiência e Educação: Outros Olhares sobre a Inclusão Escolar. O autor analisa a transição da deficiência como condição a ser evitada para um paradigma da biopolítica neoliberal, destacando a importância de práticas inclusivas que respeitem os direitos civis conquistados por essas pessoas.

#### 6. Direitos Culturais

Direitos culturais dizem respeito à liberdade de cada pessoa ou grupo viver, expressar e preservar suas identidades, crenças e modos de vida. No contexto das políticas públicas, garantir esses direitos significa reconhecer que não existe uma única forma de viver, mas sim muitas e todas merecem espaço, voz e representação, especialmente quando construídas por meio da participação social.

Os direitos culturais estão intrinsecamente ligados à participação social e à democracia participativa. A dissertação Participação Social, Políticas Públicas e os Caminhos da (para a) Democracia Participativa analisa as trajetórias das políticas de saúde das mulheres, saúde do homem e saúde LGBT no Brasil, enfatizando a importância da participação social na construção e garantia dos direitos culturais desses grupos.

## 7. Direitos Políticos

Direitos Políticos estão atrelados à garantia de uma sociedade organizada, podendo, assim, exercer o conjunto de liberdades políticas com a participação consciente e responsável na sociedade, zelando para que seus direitos não sejam violados. O núcleo desse direito envolve o direito ao voto, direito a ser votado, direito a ocupar cargos ou funções políticas e, por fim, o direito a permanecer nesses cargos. É evidente a importância dos direitos políticos, pois eles são vistos como garantias reconhecidas aos brasileiros para que possam participar da vida política no país, afinal, falar deles é falar em Democracia.

## 8. Direitos Sociais

Direitos Sociais são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os cidadãos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial e viver com dignidade. Eles são um instrumento para a realização da cidadania plena e para a garantia do bem-estar social. Segundo a Constituição Federal, são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a assistência aos desamparados.

## 9. Direitos Humanos

Os direitos humanos são essenciais para todos os seres humano, independentemente de sua nacionalidade, raça, sexo, religião, língua ou qualquer outra condição. São direitos fundamentais que protegem a dignidade humana e garantem a liberdade, a igualdade e a justiça.

Hoje, mais do que nunca, deve-se inventar uma nova ordem, mais democrática e igualitária e que, sobretudo, esteja centrada em valorizar a absoluta prevalência da dignidade humana.

## 10. Direitos Econômicos

Direitos Econômicos são aqueles que garantem o desenvolvimento econômico e social protegendo os direitos individuais e coletivos, e promovendo a justiça social. Eles têm como objetivo fundamental garantir o bom funcionamento da economia, protegendo a livre concorrência, a defesa do consumidor e os direitos trabalhistas. Além disso para que possam ter a oportunidade de desenvolver suas atividades econômicas em condições de igualdade e liberdade. Direito Econômico é o direito das políticas públicas na economia, de forma mais específica, concentra-se nas atividades econômicas e na regulação do mercado.

## 11. Cidadania

A cidadania é o conjunto de direitos e deveres que permite a participação ativa dos indivíduos na sociedade. Ela envolve não apenas o acesso a direitos básicos, como saúde e educação, mas também o dever de contribuir para o bem coletivo.

*“Por vezes, cidadania é vista como algo que se concede”(Simeone, 2005)”.*

Em seu artigo, que trata a cidadania como possibilidade, Simeone (2005) ressalta que o conceito é baseado apenas na moral em meio ao corpo social; porém, não pode ser tratado apenas como um objeto que valida ou não as ações do ser humano. Ressalta-se que a cidadania é, sobretudo, o fator-motor a ser buscado e conquistado por todos os seres humanos, sendo algo perpétuo, no qual as diferenças não nos dividem. Por isso, cidadania é o conjunto de direitos e deveres que permite a participação ativa dos indivíduos na sociedade. Ela envolve não apenas o acesso a direitos básicos, como saúde e educação, mas também o dever de contribuir para o bem coletivo.

## 12. Cidadania Ativa

Se cidadania é um conceito bem amplo que abrange vários ramos e campos, a cidadania ativa vem da mobilização e prática da mesma resultando na forma mais atuante da mesma. Trata-se da maior participação do cidadão de forma direta para concretizar a satisfação pela busca de um anseio, seja da pauta racial, de gênero ou de classe.

“É nesse sentido que se defende que a ideia de cidadania precise ser ressignificada, deixando de ser entendida como uma cidadania passiva e passando a ser vista como verdadeira cidadania ativa, a qual se caracteriza pelo “reforço da capacidade organizativa do cidadão e, conseqüentemente, no seu empoderamento, de maneira a permiti-lo participar ativamente do controle do Estado”. Por outras palavras, a cidadania ativa pressupõe a possibilidade do cidadão intervir diretamente no processo de formulação de políticas públicas, “já que seria esta a esfera mais propícia para o compartilhamento do poder decisório no que concerne às ações do Estado” (Silva, 2015a, p. 26-7).”

Por isso, a cidadania ativa condiz com a ação do indivíduo interferindo no processo decisório na qual ele atua, em que, no que se trata a escola, o protagonista é aquele que além de exercer o papel de aprender o conteúdo e vivenciar o espaço escolar age em meio às demandas que são de anseio comum daquele coletivo para assim formar e buscar melhorias na convivência daquele ambiente.

## 13. Liberdade

Muita gente fala sobre liberdade como se fosse algo bem simples: “ser livre é fazer o que quiser”. Mas será que é só isso mesmo? Quando a gente observa a vida dos jovens, especialmente aqueles que vivem nas periferias, em territórios indígenas, quilombolas ou ribeirinhos, fica claro que não dá pra pensar em liberdade sem considerar as condições reais de vida.

Acreditamos que liberdade não é apenas fazer escolhas, mas ter as condições necessárias para escolher com dignidade. É quando você conta com apoio, reconhecimento, espaço para sonhar e a força para traçar seus próprios caminhos.

A socióloga Lia D’Almeida destaca que muitas pessoas ainda veem a juventude como uma fase de espera, como se a vida adulta fosse o único momento em que

a liberdade se manifesta. Mas isso não se alinha com a realidade de muitos jovens hoje, que enfrentam trajetórias diversas, repletas de altos e baixos, desafios e reinvenções. Para muitos, a juventude não é apenas um “preparo para o futuro”, mas já faz parte da vida adulta — com trabalho, cuidado da família, luta por direitos e decisões difíceis.

Paulo Freire, um educador fundamental no Brasil e no mundo, lembra-nos que a liberdade não é um presente: ela se constrói coletivamente, através do diálogo e da luta por justiça. Ninguém se liberta sozinho — a libertação acontece em conjunto.

E temos também a filósofa Nancy Fraser, que afirma que, para ter liberdade de verdade, são necessárias três coisas: acesso justo a recursos (como educação, moradia e saúde), respeito às nossas diferenças (raça, gênero, cultura, território) e participação nas decisões que afetam nossas vidas. Em outras palavras: a liberdade só existe quando há justiça.

#### **14. Responsabilidade**

O sujeito ao adotar uma postura participativa, começa a entender que ele tem a responsabilidade de influenciar o ciclo das políticas públicas e os processos decisórios, assumindo esse papel de crítico na construção e efetivação do SUS, garantindo um bem coletivo, ao favorecer a conquista e a manutenção de direitos. Quando as pessoas diretamente afetadas são ouvidas, fortalece-se a democracia. Isso é ainda mais importante em áreas como a saúde das mulheres, da população LGBT e dos homens, onde há busca por reconhecimento. A gestão pública, nesse contexto, tem a responsabilidade de garantir espaços de escuta e atuação da sociedade (Souto, 2019).

#### **15. Sistema de Garantia de Direitos**

É um conjunto de instituições e instâncias do poder público que visam a garantir o cumprimento do ECA e de outros direitos da criança e do adolescente, como assistentes sociais, agentes de saúde, etc.

# EIXO 6 - INCLUSÃO E DESIGUALDADE

O sexto eixo do caderno “Entre Escolas e Territórios: Juventudes que Transformam” trata do espectro das desigualdades que afetam os jovens brasileiros, bem como da necessidade de inclusão das juventudes em suas pluralidades. A essência dessa parte do caderno observa que, para além dos aspectos burocráticos, essenciais à construção de jovens informados sobre a sociedade em que vivem e à viabilização do usufruto ativo de suas cidadanias, existe também a necessidade de contemplar as seguintes perguntas: “Quem são esses jovens?” e “Quais são as suas particularidades?”. A partir delas, torna-se possível alcançar o entendimento das estratégias aplicáveis que contemplem essas juventudes, em uma perspectiva do Brasil enquanto um País inclusivo, equânime e verdadeiramente democrático.

Protagonizar é resistir, é existir com voz e vez. O projeto Fortalece Programa Saúde na Escola (FPSE), acredita na juventude como força motriz de transformação social e, ao unir a promoção da inclusão, representatividade e do empoderamento, demonstra o seu comprometimento com a construção de um presente mais justo e de um futuro onde as desigualdades deixem de ser destino. A realidade das juventudes brasileiras é atravessada por marcadores sociais que aprofundam desigualdades históricas, especialmente para jovens pertencentes a grupos vulnerabilizados. As desigualdades sociais, raciais, territoriais e de gênero continuam sendo fatores determinantes na limitação do acesso a direitos e oportunidades. Nesse contexto, a inclusão torna-se um eixo fundamental para a formulação de políticas públicas que reconheçam a diversidade e combatam a segregação social. A interseccionalidade se apresenta como ferramenta analítica indispensável para compreender como diferentes formas de opressão como o racismo, o capacitismo, a LGBTQIAPN+fobia e o patriarcado se sobrepõem, afetando de forma particular a juventude. A exclusão sistemática desses sujeitos demanda estratégias específicas que considerem suas múltiplas identidades e trajetórias sociais.

Dentro dessa perspectiva, o protagonismo juvenil emerge como estratégia central de enfrentamento das desigualdades e promoção da equidade. Protagonizar significa garantir que os jovens não sejam apenas destinatários das políticas, mas atores fundamentais em suas construções e execuções. Trata-se de uma ação que vai além da representatividade simbólica: envolve empoderamento real, autonomia e participação qualificada. O empoderamento juvenil, nesse sentido, exige a criação de espaços de escuta, diálogo e decisão, valorizando as vivências, saberes e potencialidades das juventudes diversas. O fortalecimento de políticas públicas que contemplem as trajetórias de grupos específicos como as políticas de saúde para populações indígenas, negras, LGBTQIAPN+ e de pessoas com

deficiência é essencial para assegurar a inclusão efetiva. Assim, ao reconhecer os jovens como sujeitos de direitos e agentes de transformação, caminha-se na direção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Abordar as temáticas que se referem à diversidade e a inclusão é de extrema importância, porque é através dessas construções que pautas relevantes para as juventudes podem se fazer presentes e fortalecidas. Os debates que envolvem os temas presentes no eixo cinco, viabilizam uma abordagem que conversa com os conceitos referentes à saúde populacional, e que podem ser observados dentro das ações visadas como prioritárias por parte do Programa Saúde na Escola, por exemplo: a promoção da cultura da paz e direitos humanos; prevenção de violências e acidentes; saúde sexual e reprodutiva e prevenção de IST/HIV. Sendo essas apenas algumas das pautas beneficiadas quando o diálogo sobre as diversidades existe de maneira aprofundada, embasada e bem representada dentro dos territórios e espaços sociais.

Portanto, a inclusão e a desigualdade podem ser compreendidas como pautas centrais e necessárias para a existência de uma sociedade mais humana e pensada para todas as populações, levando em conta as suas pluralidades. Vê-se que, em uma sociedade inclusiva, as diferenças são respeitadas e as desigualdades aos poucos são mitigadas, pois resultam do estigma que é cada vez mais enfraquecido quando os debates sobre a inclusão, respeito às diversidades e erradicação das desigualdades ganham espaço, voz e vez.

## 1. Inclusão e Diversidade

Diversidade é reconhecer que todas as pessoas são diferentes — em sua origem, cor da pele, gênero, orientação sexual, condição física, jeito de pensar, religião, território, modo de viver e sonhar. Essas diferenças fazem parte da sociedade e devem ser valorizadas. Incluir significa garantir que todos tenham lugar e voz, especialmente os grupos que historicamente foram silenciados ou excluídos. Isso vale tanto para a escola quanto para a saúde, a política, a cultura ou qualquer outro espaço social.

Trabalhar com diversidade e inclusão é entender que não há uma única forma de ser jovem, de aprender ou de viver. É também uma forma de combater o preconceito, o racismo, o capacitismo, a LGBTfobia, o machismo e outras formas de exclusão.

Na escola, isso pode ser colocado em prática por meio de cartazes produzidos pelos estudantes sobre respeito às diferenças, atividades sobre culturas indígenas e negras, ações de acessibilidade ou debates sobre identidade e pertencimento.

## 2. Representatividade

Representatividade e representação são conceitos importantes em diversas áreas, incluindo política, sociologia e psicologia. Embora relacionados, eles têm significados distintos.

**Representação:** A representação refere-se ao ato de representar alguém ou algo. Em contextos políticos, por exemplo, um representante é alguém que fala ou age em nome de um grupo ou comunidade. A representação pode ser:

### Tipos de Representação:

1. Representação política: Quando um indivíduo ou grupo é eleito para representar os interesses de uma comunidade ou nação.
2. Representação artística: Quando uma obra de arte representa uma pessoa, lugar ou ideia.
3. Representação social: Quando um indivíduo ou grupo é visto como representativo de uma categoria social. Representatividade

A **representatividade** refere-se à qualidade de ser representativo de um grupo ou comunidade. Em outras palavras, é a capacidade de um indivíduo ou grupo de refletir as características, necessidades e interesses de um determinado grupo.

### Importância da Representatividade:

1. Diversidade: A representatividade é importante para garantir que diferentes vozes e perspectivas sejam ouvidas.
2. Inclusão: A representatividade ajuda a promover a inclusão e a sensação de pertencimento entre os membros de um grupo.
3. Legitimidade: A representatividade é fundamental para estabelecer a legitimidade de uma representação ou decisão.

### Desafios da Representatividade:

1. Diversidade não representada: Quando um grupo não é representado de forma adequada, suas necessidades e interesses podem não ser considerados.
2. Tokenismo: Quando um indivíduo é incluído em um grupo apenas para dar a impressão de diversidade, sem ter voz ou influência real.
3. Representação superficial: Quando a representação é apenas superficial, sem considerar as necessidades e interesses reais do grupo.

Ou seja, a representação refere-se ao ato de representar alguém ou algo, enquanto a representatividade refere-se à qualidade de ser representativo de um grupo ou comunidade. A representatividade é fundamental para garantir que diferentes vozes e perspectivas sejam ouvidas e consideradas.

### 3. Interseccionalidade

Interseccionalidade é um conceito sugerido por feministas negras. Entende-se por interseccionalidade como um instrumento que te possibilita entender a matriz (origem) colonial das opressões contra grupos discriminados, como: negros, mulheres, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, indígenas e outros povos de comunidades tradicionais e originárias, considerando questões de raça, classe, gênero, sexualidade, identidade de gênero, território etc.

A interseccionalidade não diminui as opressões sofridas por nenhum desses

grupos, nem as compara, mas analisa como essas opressões afetam as pessoas. A interseccionalidade funciona como camadas de uma cebola. Ex: Uma menina negra sofre opressão de gênero pelo patriarcado e machismo e também sofre com o racismo que a coloca em uma posição de inferioridade, baixa autoestima e conflito de identidade. Logo, pensar em interseccionalidade é pensar o quanto que pessoas fazendo parte de diversos grupos oprimidos estão sofrendo com violências, desigualdades sociais e econômicas que interferem no desenvolvimento da identidade e na qualidade de vida.

É essencial utilizar interseccionalidade para entender quais as origens de cada uma dessas opressões, e a partir disso, buscar formas de resistência e enfrentamento aos sistemas de violências.

#### 4. Empoderamento

O empoderamento é um processo de fortalecimento tanto individual quanto coletivo, que permite que os sujeitos se reconheçam dentro da sua realidade e tomem consciência sobre seus direitos, sua potência e sua capacidade de transformação social. O empoderamento é essencial para a juventude, seja na construção da autonomia ou da consciência crítica.

Empoderar, portanto, é um ato (ação) de fortalecer sujeitos ou coletivos; investir-se de poder para obter resultados positivos; oferecer condições para que a juventude possa ser e existir em potência máxima. Empoderar as juventudes é também reconhecê-las como um grupo formado por agentes de transformação, que devem construir a democracia de maneira participativa.

Nesse sentido, promover formações, escutas e atividades com foco no protagonismo juvenil fortalece diretamente esse processo, além de contribuir para a construção de uma juventude ativa, informada e engajada.

#### 5. Desigualdade

Desigualdade é o que marca a diferença de oportunidades entre grupos sociais, e entre os jovens isso é ainda mais evidente. Não basta garantir acesso, é preciso garantir acesso com equidade, especialmente na educação e no mercado de trabalho. Quando esses espaços são limitados por condições sociais, econômicas ou estruturais, o jovem acaba sendo privado de viver plenamente suas potências.

A desigualdade social é um tema recorrente nas discussões sobre juventude no Brasil. No livro *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*, destaca-se que a ampliação do acesso ao ensino superior com equidade e a inserção qualificada dos jovens no mercado de trabalho são desafios centrais para enfrentar as desigualdades que afetam a juventude brasileira. Superar as desigualdades e promover justiça social é uma luta de garantia de direitos.

#### 6. Segregação Social

De acordo com Brandão e Martins (2014), a segregação social nas cidades brasileiras contribui para o aumento das desigualdades. Isso porque as pessoas que vivem em áreas mais afastadas e vulneráveis têm menos acesso a serviços e oportunidades. Além disso, muitas políticas públicas acabam não incluindo essas regiões de forma justa no planejamento urbano.

# EIXO 7 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Refletir sobre o ato de participar, ocupar espaços de poder e fomentar o nosso interesse em nos tornar agentes sociais e políticos exige um processo contínuo de educação para a participação. A juventude anseia por esses espaços, pois são eles que nos permitem exercer protagonismo em ações políticas, influenciar decisões e transformar a realidade das nossas comunidades.

Quando falamos de participação social, estamos falando da possibilidade real de a juventude ocupar espaços de decisão. Essa participação está diretamente ligada à nossa capacidade de influenciar as políticas públicas que afetam nossas vidas – como saúde, educação, cultura e as condições de viver em sociedade.

Estar presente nesses espaços é mais do que um direito; é uma necessidade democrática. No caso do SUS, uma das formas de participação social é o controle social – conferências e conselhos –, que significa acompanhar, fiscalizar, monitorar, avaliar e sugerir melhorias nos serviços que deveriam ser universais e de qualidade. Já a gestão participativa nos convida a dividir responsabilidades com o governo, mostrando qual é o bairro, a escola, a cidade e o país que queremos. Isso é corresponsabilização: o compromisso conjunto para construir soluções reais.

Nossa participação é essencial para a construção de uma sociedade inclusiva, dinâmica e democrática. O protagonismo juvenil traz renovação, criatividade, diversidade de ideias e experiências. Ao ocuparmos esses espaços, deixamos de ser apenas espectadores dos acontecimentos e passamos a ser autores da mudança: propondo soluções, mobilizando comunidades e criando projetos inovadores.

Esse processo contribui também para o nosso desenvolvimento pessoal, social e profissional, promovendo uma juventude mais consciente, ativa e comprometida com o bem coletivo. Participar não é só um ato político; é um exercício de cidadania e transformação.

A autonomia da sociedade civil é fundamental para que esse protagonismo floresça. As organizações juvenis precisam ter liberdade para atuar e contar com o apoio de políticas públicas que fortaleçam suas ações. Espaços como conselhos e conferências são ferramentas essenciais para esse processo, pois garantem a paridade entre governo e sociedade, e asseguram que as vozes dos jovens sejam ouvidas e consideradas.

A juventude também tem demonstrado sua força por meio de projetos colaborativos e práticas de coautoria, criando, planejando e executando ações que enfrentam problemas reais. Não estamos apenas observando: estamos fazendo acontecer.

Mais do que falar sobre mudanças, é preciso agir, ocupar, propor e construir. Fortalecer o protagonismo juvenil é essencial para consolidar uma democracia participativa e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável. O protagonismo juvenil não é apenas uma ideia bonita – é uma realidade potente, que precisa ser alimentada todos os dias.

Estamos prontos para fazer parte da construção do presente e do futuro, com mais participação, transparência, justiça e coragem para transformar.

## 1. Gestão Participativa

Gestão participativa é uma estratégia transversal, presente nos processos cotidianos da gestão do SUS, que possibilita a formulação e a deliberação pelo conjunto de atores no processo de controle social” (BRASIL, 2009).

Os usuários são peças-chave da gestão do sistema, pois são eles que vivenciam diretamente a aplicação das políticas públicas e sofrem as consequências de cortes orçamentários. Podem participar da gestão através de movimentos sociais e populares organizados ou como usuários independentes nos seus Conselhos Locais de Saúde.

### E por que isso é importante?

A gestão participativa no SUS é fundamental para garantir que o modelo de saúde adotado por um governo e que as políticas construídas e implementadas não sejam apenas impostas de forma antidemocrática ou que apenas representem as vontades e necessidades dos gestores e/ou instituições. A participação social na gestão do SUS é uma conquista popular e garante que qualquer usuário possa utilizar esse espaço para reivindicar e apresentar questionamentos e defender pautas que julga necessárias para atingir os objetivos do SUS sem ferir os princípios.

Os estudantes podem organizar a participação no Conselho de Gestão da Saúde da Unidade Básica de Saúde do território em que a escola está inserida através do Grêmio Estudantil da escola e levar reivindicações e percepções importantes que observam no seu dia a dia na escola, bem como nos Conselhos de Gestão das Escolas, contribuindo com a democracia interna no ambiente escola.

## 2. Controle Social

Controle social é o direito e o dever da população de acompanhar, avaliar, propor e fiscalizar as ações do governo. É uma forma de garantir que os recursos públicos sejam bem utilizados e que as políticas públicas atendam às necessidades reais da população.

Esse controle pode ser exercido por meio de conselhos, audiências públicas, conferências e plataformas digitais como o Brasil Participativo. Ele fortalece a cidadania e a democracia, pois transforma o cidadão em um agente ativo da mudança (Brasil, 2024).

Na escola, o incentivo ao controle social pode acontecer através de assembleias estudantis, grêmios e rodas de conversa. Isso ensina que todos têm o direito de participar, cobrar e propor soluções para sua comunidade e sua cidade.

No Sistema Único de Saúde (SUS), o controle social é um dos seus princípios fundamentais. A população pode participar das decisões por meio dos Conselhos de Saúde e das Conferências de Saúde, que envolvem usuários, profissionais da saúde e gestores públicos.

Esses espaços são essenciais para garantir que o SUS funcione de forma justa, transparente e voltada para as reais necessidades da população. A Lei nº 8.142/1990 estabelece a importância da participação da comunidade na gestão do SUS (Brasil, 1990). Além disso, o Ministério da Saúde destaca que o controle social fortalece a democracia e permite que as pessoas sejam protagonistas das decisões sobre saúde (Brasil, 2025).

Nas escolas, o Programa Saúde na Escola (PSE) é uma grande oportunidade para o exercício do controle social. Os estudantes podem observar problemas, sugerir ações e se engajar na promoção da saúde física, mental e social.

### **3. Conselhos de Direitos e Fóruns como Espaços de Decisão**

Conselhos de Direitos e fóruns são espaços de diálogo entre o governo e a sociedade. Neles, pessoas de diferentes grupos se reúnem para discutir e decidir sobre políticas públicas em áreas como saúde, educação, meio ambiente e cultura.

Esses espaços são essenciais para a democracia participativa, pois garantem que a população tenha voz ativa na construção de soluções para os problemas do país. Além disso, fortalecem a transparência, a justiça e a corresponsabilidade na gestão pública.

Segundo as Recomendações para Colegiados e Conselhos Nacionais (2024), é fundamental garantir a inclusão de jovens, mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+, indígenas, jovens com deficiência e outros grupos, historicamente excluídos, por meio de cotas e processos transparentes de escolha dos representantes (BRASIL, 2024).

Na escola, promover a participação em grêmios, conselhos escolares e fóruns de juventude é uma forma concreta de ensinar a cidadania na prática. Esses espaços mostram que os estudantes têm poder de decisão e podem transformar sua realidade local.

**Você sabia?**

As conferências de políticas públicas são espaços importantes de participação social, onde representantes do governo e da sociedade se reúnem para discutir, avaliar e propor melhorias nas políticas voltadas a diferentes áreas, como saúde, educação e assistência social. Elas seguem etapas que vão do município a nível nacional, garantindo que as propostas discutidas localmente possam influenciar as decisões políticas mais amplas. Além de fortalecer a cidadania, essas conferências contribuem para tornar o Estado mais sensível às demandas reais da população.

**4. Conselhos**

Os conselhos de políticas públicas são espaços criados para que a população possa participar ativamente do monitoramento e fiscalização das ações do Estado. Neles, representantes da sociedade civil e do poder público se reúnem regularmente para debater, propor e acompanhar políticas em áreas como saúde, educação, assistência e direitos humanos. Esses conselhos são previstos em Lei e funcionam como mecanismos permanentes de controle social, reforçando a ideia de que democracia se constrói com a participação direta das pessoas nas decisões que afetam suas vidas.

**Você sabia?**

O conselho de classe participativo é uma prática pedagógica que busca ir além da simples atribuição de notas. Trata-se de um espaço de diálogo, onde professores, coordenação pedagógica e, em algumas experiências, também os estudantes e suas famílias refletem juntos sobre os desafios e avanços no processo de aprendizagem. Essa abordagem valoriza a escuta, o olhar individualizado e a construção coletiva de estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral dos alunos. Ao promover corresponsabilidade e cooperação, esse tipo de conselho contribui para uma educação mais democrática e inclusiva.

**5. Projetos Colaborativos**

Projetos colaborativos são iniciativas em que indivíduos ou grupos trabalham conjuntamente para alcançar objetivos comuns, compartilhando responsabilidades, conhecimentos e recursos. Essa abordagem é caracterizada pela cooperação mútua, tomada de decisões coletiva e integração de habilidades diversas. Segundo Mozzato e Grzybovski (2011), a colaboração em projetos permite união de diferentes competências e experiências, promovendo soluções mais inovadoras e eficazes. A equipe dois traz o termo “Projetos Colaborativos” na ideia de um fomento à Democracia Participativa, de forma que, ao impulsionar a maior presença de jovens em atividades sociais e coletivas, como em campanhas sociais, ensina-se sobre a cidadania. Além disso,

destaca-se que os projetos desenvolvem habilidades como a comunicação, negociação e responsabilidade coletiva. Nesse viés, o conceito se entrelaça com o Programa Saúde na Escola durante a promoção de atividades e ideias de impacto social, visando à disseminação de conhecimento e a conscientização de problemas relacionados à saúde e à sociedade.

### Fique sabendo!



Nos espaços de mobilização e participação, a coautoria estará sempre presente, pois, na verdade, trata-se de ideais e percepções que são realizadas por 2 ou mais pessoas, como um grupo de jovens estudantes representados pelo grêmio estudantil que visam recursos para a ampliação de benefícios econômicos para os alunos de baixa renda. Então, lembre-se de que a coautoria sempre estará presente quando houver mais de 1 indivíduo que busca determinado direito ou necessidade — nesse caso, nos movimentos de juventude ela sempre estará lá. Há casos em que dizem que são estímulos dentro do ambiente escolar a inovação e o imaginário do estudante: dar espaço para o artístico ou até mesmo outras formas de representação original do adolescente facilitam não somente a construção do espaço plural escolar, mas o fortalecimento cultural de cada um. Assim, lembre-se de que a união dos agentes — escola e estudante — fortalece o ideal a se buscar na criação da proposta que ambos querem para o ambiente estudantil.

## 6. Participação Social para a Juventude Brasileira

A participação social para a juventude brasileira significa assumir, em coletivo, a tarefa histórica de enfrentar as desigualdades sociais, raciais, de gênero, territoriais e ambientais a partir de uma prática cotidiana de organização, solidariedade e ação política.

Trata-se de romper com a lógica individualizante da sociedade capitalista, ao afirmar que a superação das opressões depende da construção de sujeitos conscientes e engajados. No contexto estudantil, isso se expressa na ocupação dos espaços de representação, na luta por uma educação pública de qualidade, na articulação com os movimentos populares e na prática constante de autoformação e de formação coletiva.

Como ensinou Paulo Freire, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Pedagogia do Oprimido, 1968). Ou seja, a libertação exige que cada sujeito assuma sua parte na luta comum, sem cair na armadilha do messianismo ou da espera.

Além disso, a participação está diretamente ligada ao conceito de práxis, que Freire define como “a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. A juventude, ao se corresponsabilizar, deixa de apenas reagir às opressões para se tornar autora de sua própria história — refletindo criticamente sobre a realidade e agindo para mudá-la. Não basta fazer por fazer: é necessário fazer com consciência.

## 7. Acesso e visibilidade

Quando olhamos para a sociedade, exclusivamente para o Brasil, entendemos que acesso e visibilidade são caminhos para garantir que a juventude participe ativamente da construção da sociedade, mas que também tenha acesso digno aos seus direitos — com dignidade, escuta e protagonismo. Mas como tornar isso possível de forma concreta, através do PSE?

O PSE pode ser uma ponte poderosa entre os direitos e a vida real da juventude. Promover acesso significa garantir que as ações do PSE cheguem a todas as escolas, principalmente nas periferias, comunidades rurais e povos tradicionais. Significa também adaptar as atividades às realidades locais, valorizando a diversidade e acolhendo quem historicamente foi invisibilizado.

Visibilidade, por sua vez, faz-se quando, ao reconhecer o jovem como sujeito de direito, escuta suas vivências e insere suas pautas nas ações intersetoriais. É possível tornar isso real criando espaços de fala para os(as) estudantes, fortalecendo grêmios, envolvendo juventudes nos comitês locais e trazendo seus saberes e vivências para a construção das ações de saúde e educação.

## 8. Autonomia da Sociedade Civil

A autonomia da sociedade civil é o que garante que o povo tenha voz própria, independente e ativa na construção de políticas públicas. É quando, por exemplo, movimentos sociais, coletivos juvenis, grêmios estudantis e outras formas de organização popular atuam com liberdade para reivindicar direitos, questionar injustiças e propor caminhos — sem depender do aval de governos ou instituições.

A força da sociedade civil organizada vem da base, do território, das escolas e das ruas. O movimento estudantil mostra que, quando a juventude se organiza de forma autônoma, ela é capaz de transformar realidades, pressionar por mudanças e defender o que acredita em união, quase como um canto em coral, mas cercado de responsabilidade e revolta consequente: um canto banhado de coragem.

Reconhecer as mais diversas formas de organização da sociedade, como os coletivos juvenis, os grêmios e os espaços de mobilização, como parte ativa do processo de construção das políticas públicas de fortalecimento do programa saúde na escola — não apenas como público-alvo, mas como sujeitos construtores da política.

Isso se traduz em abrir espaço para que estudantes e organizações comunitárias, por exemplo, participem da definição das prioridades locais do PSE, estejam presentes nos comitês intersetoriais e sejam ouvidos nas decisões. O que também pode acontecer nos projetos e iniciativas que são feitos nos mais diversos territórios, apoiando iniciativas já existentes nos territórios, sem tentar controlá-las ou moldá-las, mas valorizando sua autonomia e seu poder de atuação local, como agente transformador e mobilizador.

Caminhar lado a lado com a sociedade civil, respeitando e fortalecendo sua autonomia, não só amplia o impacto das ações, como também ajuda a construir uma democracia mais viva, participativa e popular — com a juventude e a sociedade autônoma no centro do debate.

# EIXO 8 - COMUNICAÇÃO E MÍDIA

Falar de comunicação e mídia é falar de representatividade e de acesso. Para nós, juventudes, ocupar esse espaço é essencial para garantir que nossas vozes, histórias e vivências sejam reconhecidas e valorizadas. Neste caderno, o Eixo 6 convida a refletir sobre como a democratização da mídia, a educomunicação e o surgimento de novos protagonistas midiáticos e culturais podem fortalecer o nosso protagonismo e ampliar a participação social nos territórios.

A democratização da mídia não se trata apenas de ter mais canais ou plataformas disponíveis, mas sim de garantir que diferentes vozes (especialmente aquelas historicamente silenciadas) tenham espaço e vez. A juventude periférica, negra, indígena, LGBTQIAPN+, povos tradicionais, quilombolas, do campo, das águas, de religiões de matrizes africanas, povos ciganos e circenses, entre tantas outras, precisam ser vistas não como público-alvo, mas como sujeitos ativos na construção da comunicação.

A educomunicação entra como ferramenta poderosa nesse processo. Ela permite que jovens se apropriem dos meios e das linguagens da comunicação para contar suas próprias histórias, produzir conteúdo relevante para suas comunidades e promover transformações reais a partir da informação. Com ela, a comunicação deixa de ser algo distante e passa a ser um instrumento de educação, cidadania e autonomia.

Nesse cenário, surgem os novos protagonistas midiáticos e culturais: jovens criadores, comunicadores populares, influenciadores de causas, artistas e produtores de conteúdo que usam as redes sociais, rádios comunitárias, podcasts, fanzines, blogs e tantas outras formas de expressão para mobilizar, informar e inspirar. São eles e elas que constroem narrativas mais justas, plurais e verdadeiras sobre as realidades que vivemos.

Este eixo, assim como todo o caderno, foi pensado para ser acolhedor, democrático e mobilizador. Porque a comunicação que queremos é aquela que nasce do território, que reconhece saberes, que compartilha conhecimentos e que fortalece o pertencimento de cada jovem como agente de mudança.

## 1. Democratização da Mídia

A comunicação é um direito humano previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira. Entretanto, no Brasil, poucos grupos concentram os principais meios de comunicação, comprometendo a diversidade de ideias e vozes. A Educomunicação atua para democratizar esse espaço, promovendo o uso crítico e criativo das Tecnologias da Informação e

Comunicação. Isso significa que os jovens não devem ser apenas consumidores, mas também produtores de conteúdo — criando suas próprias narrativas e fortalecendo suas pautas.

Inspirado em Michel Foucault e Félix Guattari, Maurício Lazzarato (2014) afirma haver dois tipos de subordinação, falando de um modo relativamente mais livre de suas palavras: os dispositivos do biopoder e a configuração da biopolítica neoliberal no presente. A primeira compreende os tipos de assujeitamento social que fazem que forma cada sujeito, em conformidade aos papéis e às funções socialmente designadas, constitui-se por uma semiologia significativa a qual ainda tem algum poder de decisão e deliberação, ainda que restrito. A segunda diz respeito a uma espécie de formação das disposições e atitudes dos sujeitos, sobre a qual intervém toda uma semiologia a-significante. Nesse sentido, à medida que o público se subordina às imagens da mídia televisiva e eletrônica e aos modos de existir que preconizam, instaura-se a aquisição de hábitos. Esses hábitos, muitas vezes, são naturalizados estrategicamente, e os aproximam das máquinas que reagem segundo os fluxos de capital e que os levam a uma dinâmica de endividamento. Dinâmica, ademais, cuja culpa de escapar desse registro maquínico e romper com essa lógica é o principal dispositivo.

- ✓ Neste sentido, faz-se necessário tornar os meios de comunicação mais acessíveis, diversos e representativos da sociedade como um todo. Torná-la democrática!
- ✓ Desconcentrar a propriedade dos meios de comunicação (hoje, poucos grupos dominam rádios, TVs, jornais e portais on-line).
- ✓ Fortalecer a mídia comunitária, alternativa e independente.
- ✓ Garantir o direito à comunicação — todas as pessoas e grupos sociais devem poder produzir e acessar informação de qualidade.

### **Por que isso importa para a juventude?**

A mídia influencia diretamente a sociedade e a política. Se apenas alguns controlam o que é veiculado, outras realidades e vivências são silenciadas. Os jovens podem — e devem — ser protagonistas de uma mídia mais plural, utilizando redes sociais, blogs, rádios comunitárias e outras plataformas para se expressarem.

### **Como isso pode ser trabalhado no PSE?**

- ✓ Oficinas de produção de conteúdo digital e audiovisual com temas sociais.
- ✓ Criação de jornais, blogs ou boletins escolares sobre políticas públicas.
- ✓ Palestras sobre fake news, desinformação e o papel da mídia na democracia.

## 2. Novos Protagonistas Midiáticos e Culturais

O conceito pode ser entendido enquanto o movimento de jovens de periferia que se organizam em coletivos, utilizando a comunicação e a cultura para se mobilizar. O exercício desse protagonismo impacta e transforma o mundo ao redor desses jovens, exercitando suas cidadanias através das redes de informação. O impacto acontece tanto nas redes sociais movimentadas por esses mobilizadores, como também nos espaços físicos em que estão inseridos.


### *Curta-metragem sobre Novos Protagonistas Midiáticos e Culturais*

Um excelente exemplo sobre a capacidade de transformação, realizada pelos jovens protagonistas midiáticos e culturais, em suas respectivas realidades, pode ser observado no curta-metragem “Os Incomodados”. Dirigido pelos jovens da Fundação Educar DPaschoal, o curta-metragem retrata a mudança de ares de uma escola que, quando começou a oportunizar situações de desenvolvimento social para seus alunos, fez com que eles criassem laços interpessoais, habilidades de planejamento e organização conjunta, resultando na produção de diversas ações que possibilitaram a escola ser um ambiente mais confortável, identificável e, conseqüentemente, prazeroso de estar para esses jovens.

Esse “curta” observa a necessidade de oportunização do desenvolvimento de novas habilidades para os estudantes, por parte do ambiente escolar, mostrando aos espectadores as possibilidades maravilhosas de transformação provenientes da mobilização institucional. Dentre elas, existe uma que se destaca enquanto a mais importante: dar aos alunos, através do protagonismo juvenil, a possibilidade de sonhar.



Figura 05: Curta-metragem sobre protagonismo - “Os Incomodados”.

**Você sabia?**


Os nativos digitais são jovens que já nasceram na era digital, ou seja, desde pequenos já têm toda a tecnologia em suas mãos. Para o educador e pesquisador Marc Prensky (2001), esses jovens estão acostumados a obter informações de forma rápida e costumam recorrer primeiramente a fontes digitais e à Web antes de procurarem em livros ou na mídia impressa. Por causa desses comportamentos e atitudes e por entender a tecnologia digital como uma linguagem, Prensky os descreve como Nativos Digitais, uma vez que “falam” a linguagem digital desde que nasceram.

Ao mesmo tempo em que isso é algo positivo, pode representar um grande perigo para a juventude, que está sujeita a diversas situações, tanto boas quanto ruins, dentro do mundo da internet, muitas vezes predominado por um “mundo sem lei”. Porém, também é um local cheio de informações boas, estudos e diversão — basta saber usar com moderação.

**3. Educomunicação**

Prática que une a educação e a comunicação, visando à construção de um pensamento crítico e a participação ativa dos sujeitos, por meio de mídias e linguagens diversas. Essa pode ser uma ferramenta potente para dar voz às diferentes realidades e desafios enfrentados pela juventude.

A produção de conteúdos, tais como vídeos, podcasts ou campanhas, faz com que os jovens se tornem protagonistas na construção de narrativas sobre saúde, direitos e cidadania.

A Educomunicação surge da relação entre a educação e a comunicação. De modo geral, ela é entendida como o conjunto de ações que buscam:

1. Ampliar a capacidade de expressão das pessoas envolvidas
2. Melhorar a comunicação e o diálogo
3. Utilizar de forma eficiente as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), promovendo a participação, a cooperação e a cidadania

**A.** O direito humano à comunicação – “Toda pessoa tem o direito a receber informação por quaisquer meios, bem como o de ser ouvida, produzir e difundir informações e opiniões.” Isso inclui não apenas a liberdade de expressão, mas também o acesso às condições técnicas e materiais para exercer esse direito.

**B.** Contra-narrativa – “É a narrativa que difere ou se opõe à narrativa mais conhecida ou mais divulgada.”

**C.** Esses conceitos são fundamentais porque tratam da inclusão comunicacional, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas. Através da Educomunicação, é possível diversificar e democratizar as narrativas, rompendo com monopólios de discurso e reconhecendo a pluralidade dos sujeitos sociais.

D. Ecossistemas comunicativos – Devemos entender que um ecossistema é feito de interações e trocas entre sujeitos. Por exemplo, a escola pode ser compreendida como um ecossistema comunicativo em que passamos boa parte da vida, e onde se formam vínculos, ideias e identidades. Nesse ambiente, a comunicação tem papel central na construção do conhecimento e da cidadania.

E. “Nas ruas e nas redes” – A internet e as redes sociais têm sido fundamentais para potencializar mobilizações populares, como nas jornadas de junho e nas ocupações escolares. Nessas ocasiões, os jovens utilizaram as redes para narrar suas próprias vivências e fortalecer a participação política.

F. Direitos humanos e fake news – Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado distorções sobre o significado dos direitos humanos. Um discurso recorrente - e equivocado — afirma que “direitos humanos defendem bandidos”, revelando desinformação e medo da criminalidade.

### Por que isso importa para a juventude?

Direitos humanos são garantias fundamentais de dignidade, como saúde, educação, segurança, liberdade e justiça. Quando os jovens compreendem isso, tornam-se capazes de combater fake news, fortalecer a cultura dos direitos e contribuir para uma sociedade mais justa.

### Como isso pode ser trabalhado no PSE?

- ✓ Debates sobre desinformação e os mitos que envolvem os direitos humanos.
- ✓ Produção de vídeos e podcasts desmistificando conceitos fundamentais.
- ✓ Simulações de julgamentos e rodas de conversa sobre justiça e equidade.

# REFERÊNCIAS

1. Brasil. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Programa Saúde na Escola. Brasília, DF: Presidência da República; 2007.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº. 648, de 28 de março de 2006. Política nacional de atenção básica: PNAB. Brasília, DF: 2006.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS. Brasília, DF: 2006.
4. Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 2017. Seção 1, p. 120.
5. Brasil. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho Pleno (CP). Resolução nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União; 2017. Seção 1, p. 41.
6. Brasil. Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: MEC; 2018.
7. Gonçalves PDS, Ferreira SC, Rossi TRA. Uma análise do processo de trabalho dos profissionais da saúde e educação no PSE. Saúde em Debate [online]. 2022, 46 (spe3):87-102.
8. Fernandes LA, Shimizu HE, Neto PFP, et al. Trajetória dos 15 anos de implementação do Programa Saúde na Escola no Brasil. Saúde em Debate, [S. l.]. 2022,46 (espec3):13-28.
9. Oliveira FPSL, Vargas AMD, Hartz Z., et al. e. Integração das ações do Programa Saúde na Escola entre profissionais da saúde e da educação: um estudo de caso em Belo Horizonte, Minas Gerais. Saúde em Debate. 2023, 46(espe3):72-86.
10. Junqueira LAP. Intersetorialidade, transetorialidade e redes na saúde. Rev Adm pública. 2000, 34(6):35-45.
11. Wachs LS, et al. Avaliação da implementação do Programa Saúde na Escola do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: 2012, 2014 e 2018. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2022 [Acesso em 2025 jan 05], v. 38, n. 6, pp; 1-14. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT231021>>. Epub 27 Jun 2022. ISSN 1678-4464.
12. Lopes IE, Nogueira, JAD, Rocha, DG. Eixos de ação do Programa Saúde na Escola e promoção da saúde: revisão integrativa. Saúde Debate. 2018, 42:773-789.

13. BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
14. SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.
15. HELD, David. Models of democracy. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 1987.
16. DAHL, Robert A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
17. SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.
18. DAHL, Robert A. Sobre a democracia: participação e oposição em 30 países. Brasília: Editora da UnB, 2001.
19. Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas / organizadoras: Enid Rocha Andrade da Silva, Rosana Ulhôa Botelho. – Brasília : Ipea, 2016. pag 305.
20. MD4 - Souto, Kátia Maria Barreto. Participação Social, Políticas Públicas e os Caminhos da (para a) Democracia Participativa: Trajetórias das Políticas de Saúde das Mulheres, Saúde do Homem e Saúde LGBT. Brasil. 2003-2019\ Kátia Maria Barreto Souto, 2022.. pag15
21. SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (Orgs.). Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.
22. SILVA, Enid Rocha Andrade da; REZENDE, Valéria. A representação social do estudo e do trabalho na vida cotidiana de jovens de classes populares. Texto para Discussão nº 2685. Brasília: Ipea, 2021.
23. PAGNI, Pedro Angelo. Biopolítica, deficiência e educação: outros olhares sobre a inclusão escolar [livro eletrônico]. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788595463332>. Acesso em: 15 abr. 2025.
24. SOUTO, Kátia Maria Barreto. Participação social, políticas públicas e os caminhos da (para a) democracia participativa: trajetórias das políticas de saúde das mulheres, saúde do homem e saúde LGBT. Brasil. 2003-2019. 2022. 161 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2022.
25. Bobbio Norberto, Era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus 1991.
26. Gomes, José Jairo. Direito Eleitoral. 7. ed. São Paulo: Atlas Jurídico, 2011, p.4.
27. MARANHÃO, Jorge. Oficinas de Cultura de Cidadania. Rio de Janeiro: Instituto de Cultura de Cidadania, 2013, slide 26.
28. AGUILLAR, Fernando Herren. Direito econômico: do direito nacional ao direito supranacional. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019

29. SOUZA Cláudio. André DE. S; PEREIRA. Carla. Galvão. Movimentos Sociais. Salvador: UFBA, Faculdade de Direito; Superintendência de Educação a Distância, 2022.
30. FABIANO. Rosa. DE. Magalhães. As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. Pensamento Plural | Pelotas [12]: 7 - 35. 2013.
31. Referência: AKOTIRENE. Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 2019.
33. ECA – Escola de Cidadania para Adolescentes ; Constituição Federal do Brasil, Art. 61, §2º.
34. UBES (2024). Passo a passo para montar seu grêmio
36. Adrião, M. (s.d.). Guia prático: participação cidadã de adolescentes
37. Porvir (s.d.). Guia Participação dos Estudantes na Escola
38. Wosniak, V. (2023). Protagonismo estudantil: a manifestação do coletivo.
39. Silva, Enid R. A. & Botelho, R. U. (2016). Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas
40. Viração (2025). ECA – Escola de Cidadania para Adolescentes
41. Silva, Enid R. A. & Rezende, Valéria (2021). A representação social do estudo e do trabalho na vida cotidiana de jovens de classes populares
42. BARRETO, João Paulo Lima. Kumuã na kahtiroti-ukuse: uma “teoria” sobre o corpo e o conhecimento prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro. 2021. 254 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.
43. ARAÚJO, Joane dos Santos. Juventude, participação e projeto popular: a experiência político-organizativa do Movimento “Levante Popular da Juventude”. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21486>. Acesso em: 17 abr. 2025.
44. BARRETO, João Paulo Lima. Kumuã na kahtiroti-ukuse: uma “teoria” sobre o corpo e o conhecimento prático dos especialistas indígenas do Alto Rio Negro. 2021. 254 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.
45. D’ALMEIDA, Lia Papámikail. Juventude, família e autonomia – entre a norma social e os processos de individuação. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, n. 69, p. 115-122, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000300008>
46. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
47. FRASER, Nancy. Escalas de justiça. Tradução de César Benjamin. São Paulo: Boitempo, 2007.
48. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
49. Do Cunhatã para a América Latina: disseminando a experiência e metodologia do trabalho com/para jovens utilizada pelo Grupo Curumim. Uma publicação do Grupo

Curumim. 2010 - Grupo Curumim Gestação e Parto

50. Santos SRR. Os projetos de vida dos jovens da maior favela carioca, a Maré. Rev Psicol [Internet]. 2018 [cited 2022 Jun 27];9(1):81-96. Available from: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/20664>
51. Araújo AF, Castro Júnior AR, Freitas MC, Pereira MLD, Rodrigues DP, Torres RAM, et al. Jovens em webrádio: representações sociais sobre papiloma vírus humano. Rev Enferm UFPE. 2019;13(1):e239855. <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.239855>
52. Bora Ocupar. 2019. <https://youtu.be/gDOMUQuGQdQ?feature=shared>
53. BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
54. ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
55. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Paz e Terra, 1996.
56. BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Participação Social. Recomendações para colegiados, conselhos e conferências nacionais. Brasília, DF: SGPR, jul. 2024.
57. BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Participação Social. Recomendações para colegiados, conselhos e conferências nacionais. Brasília, DF: SGPR, jul. 2024.
58. BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Participação Social. Recomendações para colegiados, conselhos e conferências nacionais. Brasília, DF: SGPR, jul. 2024.
59. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1990.
60. BRASIL. Ministério da Saúde. O que é controle social na saúde. Disponível em: <<https://info.saude.df.gov.br/control-social-na-saude/o-que-e-control-social/>>. Acesso em: 17 abr. 2025.
61. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
62. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 17 abr. 2025.
63. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
64. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1990.
65. ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2013.
66. GADOTTI, Moacir. Educação e cidadania. São Paulo: Cortez, 2000.
67. PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

68. SANTOS, Boaventura de Sousa. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
69. LVALLE, Adrián Gurza. Cidadania, igualdade e diferença. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 75-93, 2003.
70. SIMEONE, Márcio. A cidadania como possibilidade. Revista Diversa [Internet], v. 3, n. 8, 2005.
71. BERNARDO, Caroline; SILVA, Matheus Passos. A Cidadania Ativa Como Mecanismo Para O Cumprimento Do Dever Fundamental De Preservação Do Meio Ambiente Por Parte Do Cidadão (Active Citizenship as a Mechanism to Fulfill the Fundamental Duty to Preserve the Environment by the Citizen). Available at SSRN 2962423, 2016
72. BRASIL. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe Sobre As Condições Para A Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, A Organização e O Funcionamento dos Serviços Correspondentes e Dá Outras Providências.. Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 17 abr. 2025.
73. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS - ParticipaSUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.
74. DIAS, Emerson de Paulo. Conceitos de Gestão e Administração: uma revisão crítica. Revista Eletrônica de Administração, Franca, v. 1, n. 1, p. 1-12, jul. 2002. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/rea/article/view/160/16>. Acesso em: 17 abr. 2025.
75. SOUTO, Kátia Maria Barreto. Participação Social, Políticas Públicas e os Caminhos da (para a) Democracia Participativa: Trajetórias das Políticas de Saúde das Mulheres, Saúde do Homem e Saúde LGBT. Brasil. 2003-2019\ Kátia Maria Barreto Souto, 2022. 161p. : il. <https://porvir.org/especial/participacao/#footer>
76. Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. Revista de Administração Contemporânea, 15(4), 731-747. Redalyc
77. FERREIRA, M. R. (2012). Trabalho colaborativo na escola: um desafio! Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta.
78. VYGOTSKY, L. S. (1934). Pensamento e linguagem.
79. COSTA, A. C. G. da. (2001). Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo, um guia para o educador. Belo Horizonte: Universidade. Editora do
- BRASIL S/A+1Revistas UECE+1
80. DAYRELL, J. (2003). O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, (24), 40–52. Revistas UECE
81. FREIRE, P. (1996). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.
82. RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.

83. RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária.
84. UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). História da UNE. Disponível em: <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em: 02 abr. 2025.
85. UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). Comissão Nacional da Verdade da UNE. Disponível em: <https://www.une.org.br/>. Acesso em: 02 abr.2025.
86. UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). UBES 60 anos: nossa história ninguém apaga. Disponível em: <https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/04/37º-Conubes-Dez-2007.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2025.
87. COSTA, A. C. G. da. Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo. Belo Horizonte: CESEEP, 2001.
88. RIBEIRO, D. Ensaio Insólitos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.
89. DAYRELL, J. A juventude como sujeito social: algumas reflexões teóricas. Revista Brasileira de Educação, n. 24, 2003.
90. SOUTO, Kátia Maria Barreto. Participação social, políticas públicas e os caminhos da (para a) democracia participativa: trajetórias das políticas de saúde das mulheres, saúde do homem e saúde LGBT. Brasil. 2003-2019. Rio de Janeiro, 2022.
91. DINIZ, Eli. A Nova República em crise: retrocesso institucional e instabilidade política. Revista Estudos Avançados, USP, 2018.
92. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
93. GONÇALVES, Williams. O Brasil de Bolsonaro: crise, fascismo resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
94. MARTINS, Paulo Henrique. As ocupações estudantis de 2015 e o ativismo juvenil no Brasil. Revista Crítica Marxista, 2017.
95. MENDONÇA, Ricardo Fabrino. O golpe de 2016 e a crise de democracia brasileira. Revista Lua Nova, 2018.
96. SAFATLE, Vladimir. A esquerda que não teme dizer seu nome. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
97. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
98. SOUSA, Jessé. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.
99. SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 17, n. 1, p. 29–41, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312007000100003>. Acesso: 14 abril 2025.

100. SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Roberto Carvalho. O conceito de saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 31, n. 5, p. 538-542, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101997000600016>. Acesso em: 16 abr. 2025.
101. PONTE, Carlos Fidelis; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Os anos de chumbo: a saúde sob a ditadura. In: PONTE, Carlos Fidelis
102. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do (Org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 181-218. Disponível em: [https://scholar.google.com/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt\\_BR&user=XY5LZdkAAAAJ&citation\\_for\\_view=XY5LZdkAAAAJ:qjMakFHDy7s](https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt_BR&user=XY5LZdkAAAAJ&citation_for_view=XY5LZdkAAAAJ:qjMakFHDy7s) C. Acesso em: 15 abr. 2025.
103. BRASIL. Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde (Brasil). *Cronologia histórica da saúde pública*. Brasília: Funasa, 2017. Disponível em: <https://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica>. Acesso em: 16 abr. 2025.
104. WHO; WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Constitution of the World Health Organization*. Geneva: WHO, 1948. Disponível em: <https://www.who.int/about/governance/constitution>. Acesso em: 16 abr. 2025.
105. SOUTO, Kátia Maria Barreto. “Participação social, políticas públicas e os caminhos da (para a) democracia participativa: trajetórias das políticas de saúde das mulheres, saúde do homem e saúde LGBT. Brasil. 2003-2019”. Acesso em: 15 abr. 2025.
106. BRANDÃO, Carlos Antônio; MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. Segregação, vulnerabilidade e desigualdades sociais e urbanas. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 3, p. 447-462, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/4WdzxmcMx9gLKjkLTn89C3w/>. Acesso em: 16 abr. 2025.
107. SIQUEIRA, Sandra Aparecida Venâncio de; HOLLANDA, Eliane; MOTTA, José Inácio Jardim. Políticas de promoção de equidade em saúde p grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 5, p. 1397-1405, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.33552016>. Acesso em: 16 abr. 2025.
108. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Políticas de promoção da equidade em saúde / Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa*. Brasília – 1. ed., 1. reimpr. 2013.
109. VALENTE REIS PESSALI SOCIEDADE DE ADVOGADOS. O Brasil é uma República Federativa Presidencialista, mas o que isso quer dizer? Jusbrasil, 9 mar. 2025. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-brasil-e-uma-republica-federativa-presidencialista-mas-o-que-isso-quer-dizer/648101659>. Acesso em: 17 abr. 2025.
110. NUDECA – Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes*. Campo Grande: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: [https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nudeca/artigos-publicacoes/03\\_2017\\_Sistema\\_de\\_Garantia\\_de\\_Direitos\\_de\\_Crianças\\_e\\_Adolescente.pdf](https://www.defensoria.ms.def.br/images/repositorio-dpgems/conteudo-nucleos/nudeca/artigos-publicacoes/03_2017_Sistema_de_Garantia_de_Direitos_de_Crianças_e_Adolescente.pdf). Acesso em: 17 abr. 2025.
111. BRASIL ESCOLA. O que é República. Disponível: <https://www.google.com/amp/s/m.brasilecola.uol.com.br/amp/o-que-e/historia/o-que-e-republica.htm>. Acesso em: 17 abr.

2025.

112. CÂMARA DOS DEPUTADOS. O que é um referendo?. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/74520-o-que-e-um-referendo/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

113. JUSBRASIL. Qual a diferença entre plebiscito, referendo e iniciativa popular?. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/qual-a-diferenca-entre-plebiscito-referendo-e-iniciativa-popular/425826232>. Acesso em: 17 abr. 2025.

114. MEDIUM – TEIXEIRA, A. C. R. I. S. P. Representatividade x Representação. Disponível em: <https://acrispteixeira.medium.com/representatividade-x-representa%C3%A7%C3%A3o-96148aaea0dc>. Acesso em: 17 abr. 2025.

115. POLITIZE!. Representatividade: o que é e por que é importante?. Disponível em: <https://www.politize.com.br/representatividade/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

116. UOLEDUCAÇÃO. República – O que significa e como ela se relaciona com a democracia. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/republica-o-que-significa-e-como-ela-se-relaciona-com-a-democracia.amp.htm>. Acesso em: 17 abr. 2025.

117. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

118. BISPO, Antônio (Nêgo Bispo). Colonialismo e quilombos: modos e significações. Rio de Janeiro: Editorial n-1, 2021.

119. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

120. BREILH, Jaime. Epidemiologia Crítica: ciência emancipadora e interculturalidade. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2006.

121. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

122. ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social dos Riscos. São Paulo: Cortez, 2004.

123. PORTO, Marcelo Firpo. Justiça Ambiental, vulnerabilidade e saúde: reflexões a partir da perspectiva da determinação social do processo saúde-doença. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, 2010.

## RECOMENDAÇÕES: vídeos, filmes, músicas e mais

1. EGITO, Vera (Direção). A Batalha da Rua Maria Antônia. [S.l.]: Paranoid Filmes; Globo Filmes, 2025. 1 filme (84 min), son., p&b.
2. COSTA, Petra (Direção). Democracia em Vertigem. [S.l.]: Netflix, 2019. 1 vídeo (121 min), son., color. Documentário.
3. Apesar de Você. In: \_\_\_\_\_. Chico Buarque. Rio de Janeiro: Philips, 1970. 1 disco sonoro (LP), estéreo. Faixa 2, Lado A.
4. Juventude Transviada. In: \_\_\_\_\_. Agnaldo Timóteo. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1961. 1 disco sonoro (LP), mono. Faixa 1.
5. Pra Não Dizer que Não Falei das Flores (Caminhando). In: \_\_\_\_\_. Single independente. Rio de Janeiro, 1968. 1 disco sonoro (compacto simples).
6. UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). UBES 60 Anos. [S.l.]: UBES, [2011].
7. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
8. CARVALHO, Regilena; AQUINO, Rubim Santos Leão de. Araguaia: da guerrilha ao genocídio. [S.l.]: [s.n.], 2011. ISBN 978-85-7961-589-4.
9. SALLES, Walter (Direção). Ainda Estou Aqui. Brasil: Sony Pictures, 2024. 1 filme (120 min), colorido, sonoro.

Fortalece  
**PSE!**